



# PLANO PLURIANUAL - 2012•2015

---

O Piauí que queremos

# ÍNDICE

	<b>MENSAGEM DO GOVERNADOR</b>	<b>03</b>
	<b>PROJETO DE LEI</b>	<b>07</b>
	<b>VISÃO DE FUTURO</b>	<b>12</b>
<b>OTIMISMO COM A ECONOMIA PIAUIENSE: TEMOS UM FUTURO PROMISSOR</b>		<b>13</b>
	<b>BASE ESTRATÉGICA</b>	<b>24</b>
	- PREMISSAS DO PLANO	25
	- DIRETRIZES DE GOVERNO	26
	<b>PROGRAMAS DE GOVERNO</b>	<b>29</b>
	<b>PPA EM NÚMEROS</b>	<b>114</b>
	<b>EQUIPE DE GOVERNO</b>	<b>120</b>
	<b>SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO</b>	<b>123</b>



# MENSAGEM DO GOVERNADOR

A vida é um ciclo que outros ciclos encerra! A gestão pública também é feita de ciclos e o início de um mandato sempre marca o início de um novo ciclo, momento adequado para repensar o nosso destino, avaliar os caminhos trilhados e redefinir os rumos e a estratégia, visando retomar a caminhada rumo ao futuro desejado.

A trajetória do Brasil na primeira década deste século aponta para uma combinação bem sucedida de crescimento econômico com redução das desigualdades sociais e regionais. O

Piauí está no centro desse processo. Desde 2003 experimentamos uma melhoria contínua dos indicadores sociais ao mesmo tempo em que registramos um crescimento econômico vigoroso. Os avanços obtidos nesse período nos indicam que estamos no caminho certo. Ao mesmo tempo, reconhecemos os limites que ainda temos por superar e eles nos motivam a acelerar o passo na caminhada rumo ao Piauí que queremos!

A tarefa de construir um Piauí com desenvolvimento humano e igualdade de oportunidades é coletiva. Nesse caminho devemos somar os esforços de cada homem e cada mulher para que o resultado do desenvolvimento seja a inclusão das pessoas e não somente o aumento da produção.

A Participação é um dos princípios norteadores desse Plano Plurianual (PPA) 2012/2015 que ora apresentamos. Este PPA foi elaborado a várias mãos. Nele estão contidas as reflexões sobre a realidade, feitas em discussões que contaram com a participação de amplos segmentos, tanto da sociedade civil quanto do poder público nas suas diferentes esferas. O processo de planejamento que deu origem a este documento foi amplamente participativo e com enfoque territorial. Foram realizados 11 (onze) Fóruns de Desenvolvimento, um em cada um dos Territórios que compõem a visão de planejamento territorial e participativo que já vem sendo adotada no Piauí desde 2003, tendo sido reforçada em 2007, quando esse modelo foi ratificado formalmente por força de uma Lei Estadual.

Com a participação de representantes das mais diferentes entidades representativas de instituições da sociedade civil, além de prefeitos, vereadores, gestores municipais e federais de diversas áreas, a elaboração deste Plano se deu em dois espaços que se articularam permanentemente: o espaço de discussão com a sociedade no âmbito dos Conselhos de Desenvolvimento (onze Conselhos Territoriais e o Conselho Estadual de Desenvolvimento Sustentável) e a discussão no âmbito dos órgãos do Governo do Estado responsáveis pela implementação das políticas públicas nas mais diversas áreas.

A participação da sociedade garante a transparência das ações do Governo. A Transparência é outro princípio norteador do PPA 2012/2015. Acreditamos que transparência facilita a fiscalização e o controle social, elementos fundamentais para o sucesso das ações aqui planejadas. Valorizamos os controles formais e já consagrados da ação pública, mas apostamos que o controle social é o mecanismo mais eficiente de alinhamento dos rumos do Estado com as expectativas da sociedade.

Um bom plano hoje é aquele que pensa no legado que deixaremos para as gerações futuras. Sustentabilidade, é, portanto, um terceiro princípio que permeia esse PPA. É importante destacar que o desenvolvimento que queremos é pautado no equilíbrio entre a utilização de recursos naturais no presente e na preservação de nossa riqueza ambiental para as gerações futuras. O Piauí detém uma grande riqueza ambiental, caracterizada pela variedade de ecossistemas com valor singular.

Devemos aproveitar a dádiva dessa riqueza, mas com uma preocupação constante com os impactos que o processo de desenvolvimento pode causar. Não queremos repetir modelos de desenvolvimento adotados por outros, que resultaram em comprometimento da manutenção da vida no Planeta. Trabalharemos para que o desenvolvimento que temos o direito de experimentar seja sustentável ambientalmente, revertendo os enormes potenciais dos quais dispomos em favor de toda a população, evitando gerar um dano ambiental que comprometa a qualidade de vida no futuro.

O último dos quatro princípios do PPA 2012/2015 é o mais inovador: a busca contínua pela Eficiência na gestão dos recursos públicos. Desde o início do nosso mandato temos trabalhado diuturnamente sob o princípio que o Governo deve ser cada vez mais eficiente na gestão dos recursos públicos, que afinal são recursos da sociedade. Embora seja uma idéia que pareça natural, é impressionante como o setor público é pouco afeito a adoção de mecanismos de controle da eficiência, eficácia e efetividade das suas ações.

Nosso Governo está orientado para a melhoria dos mecanismos de gestão, buscando otimizar o uso dos recursos da sociedade que são administrados pelo setor público. Os resultados que buscamos são aqueles que a sociedade espera: respeito aos cidadãos, rapidez no atendimento das demandas da sociedade, uso eficiente dos recursos, ações eficazes e atendimento prioritário para aqueles que mais precisam do Estado.

Neste PPA consignamos um novo modelo de gestão pública que vem sendo praticado no dia-a-dia. Nele estão presentes vários mecanismos que buscam tornar o Governo do Piauí cada vez mais eficiente sob os olhos da sociedade. Precisamos ser mais eficientes. Precisamos racionalizar a máquina pública e otimizar cada centavo que é do povo. Em uma frase mais simples: **precisamos fazer mais com menos.**

Alicerçado nestes princípios o PPA 2012/2015 nasce com uma estrutura mais moderna, buscando expressar o conjunto de políticas públicas que serão implantadas no futuro próximo, sem se confundir com o orçamento. Aliás, do ponto de vista metodológico, o grande desafio deste PPA é buscar um espaço próprio, articulando-se com os Orçamentos anuais, mas mantendo sua identidade de um documento de orientação estratégica para os próximos quatro anos.

Quero renovar o apelo para que todos os piauienses se somem neste grande esforço de construir um futuro melhor para nosso Estado. Essa não é uma tarefa fácil. Mas está longe de ser impossível. Temos um enorme horizonte para o futuro. Mas também temos muitos desafios no presente.

E enfrentar os desafios é fundamental para o sucesso da nossa missão: **a tarefa de construir o Piauí que queremos!**

Wilson Nunes Martins  
Governador do Estado do Piauí



## LEI N° 6.154, DE 05 DE JANEIRO DE 2012 Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2012 – 2015

### O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ,

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

#### CAPÍTULO I DO PLANO PLURIANUAL – PPA

Art. 1º Esta Lei institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2012 – 2015, em cumprimento ao disposto na Lei Complementar nº 05, de 12 de julho de 1991 e na Lei Complementar nº 87, de 22 de agosto de 2007 e no art. 178, inciso I, da Constituição Estadual.

Art. 2º O PPA 2012-2015 é instrumento do planejamento governamental que orienta as ações de governo e estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública estadual, de forma participativa e sustentável.

Art. 3º O PPA 2012-2015 terá como diretrizes:

- I Promover o desenvolvimento humano com inclusão social e qualidade de vida.
- II. Prover o Estado da infraestrutura necessária para o desenvolvimento territorial sustentável.
- III Adotar uma gestão orientada para resultados, com foco na melhoria dos serviços aos cidadãos.



## CAPÍTULO II DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO PLANO

Art 4º - O PPA 2012 – 2015 organiza a atuação governamental para o alcance das políticas públicas através de Programas Temáticos e de Gestão, assim definidos:

I - Programa Temático: expressa a agenda de governo por meio de políticas públicas, orientando a ação governamental para a entrega de bens e serviços à sociedade; e

II - Programa de Gestão: reúne um conjunto de ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental.

Parágrafo Único. O Programa Temático é composto por Objetivos que expressam o que deve ser feito, refletindo as situações a serem alteradas pela implementação de um conjunto de Ações Estratégicas, que declaram à sociedade a oferta de bens e serviços.

Art. 5º - Integram o PPA 2012-2015 os seguintes anexos:

Anexo I – Base Estratégica;

Anexo II - Demonstrativo Consolidado dos Programas por Unidade, Ação, Produto, Meta e Recursos Financeiros;

Anexo III - Metas Físicas por Programa, Ação, Produto e Território de Desenvolvimento;

Anexo IV - Demonstrativo Consolidado dos Recursos Financeiros por Unidade, Programa e Fonte;

Anexo V - Quadro Resumo das Aplicações por Origem de Recursos.



## CAPÍTULO III DA INTEGRAÇÃO COM OS ORÇAMENTOS DO ESTADO

Art. 6º - Os Programas constantes do PPA 2012-2015 estarão expressos nas leis orçamentárias anuais e nas leis que as modifiquem.

§1º A integração dos orçamentos com o PPA 2012 – 2015 dar-se-á através da Ação Estratégica.

§2º Para cada Ação Estratégica do PPA poderão corresponder uma ou mais Ações Orçamentárias.

§3º As vinculações entre Ações Orçamentárias e Ações Estratégicas constarão nas leis orçamentárias anuais, através de demonstrativo específico.

Art. 7º O Valor Global dos Programas e das Ações Estratégicas, as Metas e os enunciados dos Objetivos não constituem em limites à programação e à execução das despesas expressas nas leis orçamentárias e nas leis que as modifiquem.

Art. 8º. Os orçamentos anuais, de forma articulada com o PPA 2012-2015, serão orientados para o alcance dos Objetivos constantes deste Plano.



## CAPÍTULO IV DA GESTÃO E DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO

Art. 9º A gestão do PPA 2012-2015 consiste na articulação dos meios necessários para viabilizar a consecução das suas metas, sobretudo, para a garantia de acesso dos segmentos populacionais mais vulneráveis, buscando o aperfeiçoamento:

- I - dos mecanismos de implementação e integração das políticas públicas;
- II - dos critérios de regionalização das políticas públicas; e
- III - dos mecanismos de monitoramento, avaliação e revisão do PPA 2012-2015.

Parágrafo único. Caberá à Secretaria do Planejamento definir os prazos, as diretrizes e as orientações técnicas complementares para a gestão do PPA 2012- 2015.

Art. 10º. O Monitoramento do Plano Plurianual é atividade estruturada a partir da implementação de cada Programa, e orientada para o alcance das metas prioritárias do governo.

Art. 11º. A avaliação do PPA 2012-2015 consiste na análise das políticas públicas e dos Programas, fornecendo subsídios para eventuais ajustes em sua formulação e implementação.



**CAPÍTULO V**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 12º. Para fins de atendimento ao disposto no parágrafo 1º do art. 167 da Constituição Federal, o investimento plurianual, para o período 2012-2015, está incluído no Valor Global dos Programas e Ações Estratégicas.

Parágrafo único. A lei orçamentária anual e seus anexos demonstrarão os investimentos de que tratam o caput, para o ano de sua vigência.

Art. 13º. Considera-se revisão do PPA-2012-2015 a inclusão, exclusão ou alteração de Programas.

§ 1º A revisão de que trata o caput, ressalvado o disposto nos parágrafos 3º e 4º deste artigo, será proposta pelo Poder Executivo por meio de projeto de lei, sempre que necessário.

§ 2º Considera-se alteração de programa a inclusão, exclusão ou a alteração de Objetivos, Ações Estratégicas e Metas.

§ 3º O Poder Executivo, para compatibilizar as alterações promovidas pelas leis orçamentárias anuais e pelas leis que as modifiquem, fica autorizado a:

I – alterar o Valor Global do Programa;

II – incluir, excluir ou alterar Ações Estratégicas; e

III – adequar as vinculações entre Ações Orçamentárias e Ações Estratégicas.

§ 4º O Poder Executivo fica autorizado a incluir, excluir ou alterar as informações gerenciais e os seguintes atributos:

I – Indicador;

II – Metas;

III – Órgão Responsável; e

IV – Ações Estratégicas sem financiamento orçamentário.

Art.14º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina (PI), 05 de janeiro de 2012.

GOVERNADOR DO ESTADO

SECRETÁRIO DE GOVERNO



# VISÃO DE FUTURO

**Desenvolvimento humano equilibrado com igualdade de oportunidades para todos os piauienses.**

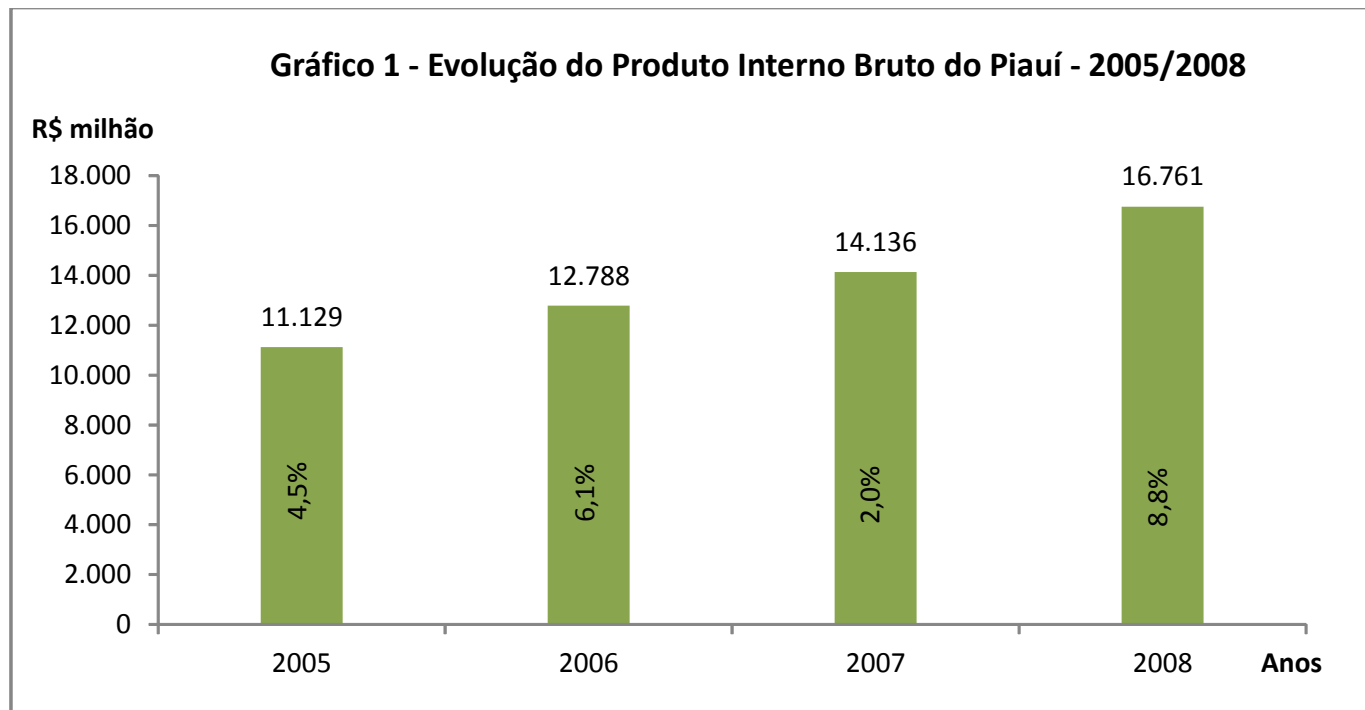


## Otimismo com a economia Piauiense: temos um futuro promissor!

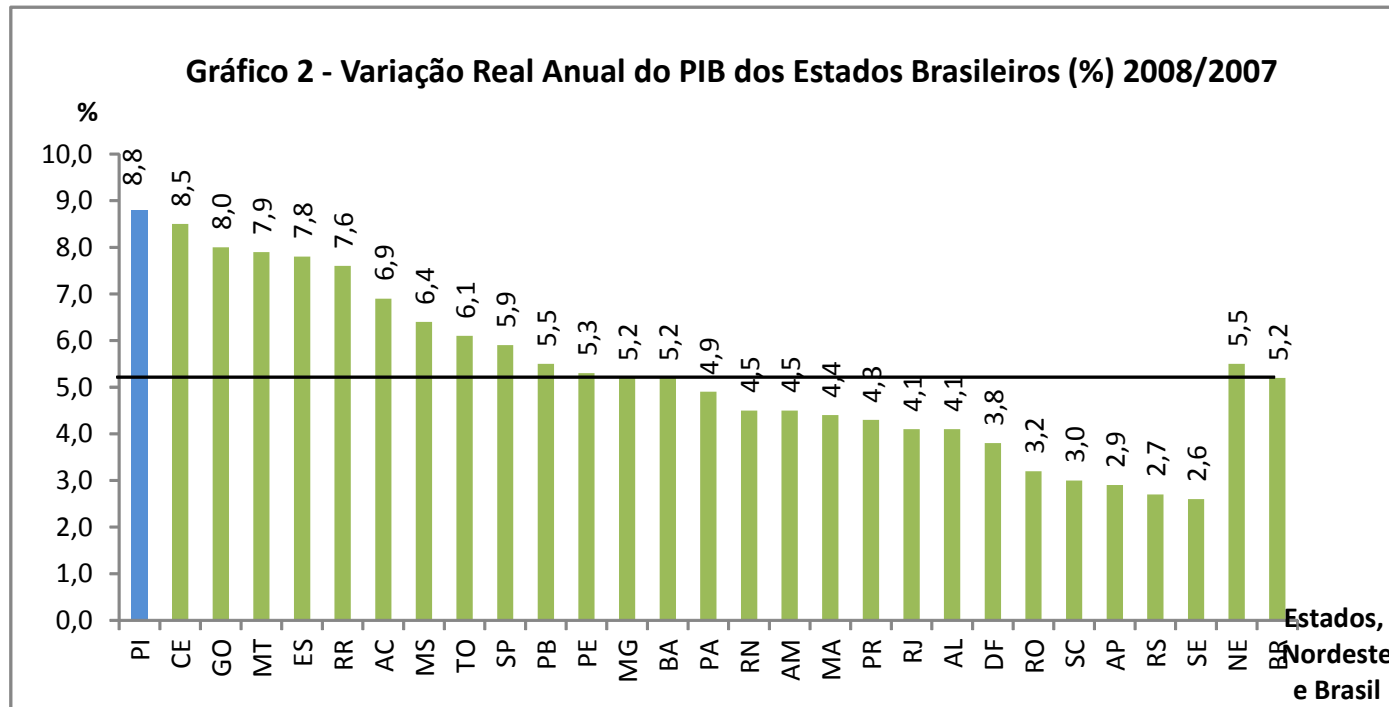
O Piauí está atravessando um ciclo de desenvolvimento marcado pelas mudanças estruturais na economia e na melhoria dos padrões de inclusão social. Para isso contribuiu de forma significativa a recente dinâmica da economia nacional, que vem crescendo e apresentando uma desconcentração regional da riqueza, favorecendo as regiões consideradas mais pobres, que mostram um desempenho melhor, ano após ano.

A evolução recente da economia piauiense rumo ao desenvolvimento pode ser chamada de arrancada. Há muito se fala dos enormes potenciais do Estado do Piauí, mas o aproveitamento desses potenciais depende de ações concretas do governo e da sociedade. Nesse ciclo recente o setor público assumiu cada vez mais seu papel de indutor do desenvolvimento.

Há muito nossa economia patinava no patamar de 0,5% do PIB nacional. Mas na primeira década deste século, a economia piauiense mostrou que tem energia para superar o quadro de estagnação. Em 2008 atingimos 0,6% da produção nacional, o que para alguns pode parecer pouco, mas representa um avanço importante em relação ao quadro anterior. Essa mudança de patamar se deu por que nos últimos anos o Piauí vem apresentando uma dinâmica econômica surpreendente, com crescimento do PIB acima da média brasileira e nordestina. De acordo com o IBGE, o Piauí foi o Estado com o melhor resultado no PIB em 2008, com crescimento de 8,8%, superando a média nacional, de 5,2%, e a da Região Nordeste, 5,5%, alcançando o montante de 16,76 bilhões de reais, conforme gráficos 1 e 2 abaixo.



Fonte: Fundação CEPRO, Coordenação de Contas Regionais.



Fonte: Fundação CEPRO, Coordenação de Contas Regionais

Quanto à composição do PIB piauiense (Quadro 1), dentre os três grandes setores da economia, historicamente o carro-chefe tem sido o setor terciário — comércio, prestação de serviços e administração pública. Em 2008, quando cresceu 5,8%, este setor perdeu participação no conjunto das atividades produtivas, saindo de 74,8% em 2007 para 72,9% em 2008.

O setor primário, no qual se destacam a agricultura e a pecuária, embora apresente ainda uma participação relativamente modesta na composição do PIB estadual, 10,9% em 2008, merece destaque pela mudança de feições que tem promovido no campo e pelo potencial que guarda para o futuro. Com efeito, capitaneada pela produção de grãos nos cerrados piauienses, a agricultura tem conseguido romper com o



estigma da baixa produtividade de uma produção voltada para a subsistência e avançado para a modernização através da mecanização e da irrigação – esta última com participação ainda incipiente, mas com enorme potencial para se desenvolver.

**Quadro 1 - Composição do PIB do Piauí, Segundo os Grandes Setores da Economia - 2004/2008**

Setores da Economia	2004	2005	2006	2007	2008
Primário	12,6	11,4	9,5	8,2	10,9
Secundário	27,2	17,0	16,9	16,9	16,2
Terciário	60,2	71,6	73,6	74,9	72,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Regionais.

O setor primário piauiense vem experimentando transformações capazes de melhorar qualitativamente o desempenho do setor. Um dos principais responsáveis por essa melhora foi o excelente desempenho do cultivo da soja (quadro 2 e gráfico 3 abaixo) e outros grãos na região dos cerrados, que vem obtendo ganhos de produtividade e incorporando novas áreas de cultivo. A agricultura, em 2008, respondeu por 7,3% da economia do Estado contra 4,5% em 2007, representando 1,1% da agricultura nacional em 2008 ante 0,6% em 2007, um crescimento de 62,1% em termos reais.

Além disso, o incremento da produtividade registrada em 2008 contribuiu significativamente para o bom desempenho, sobretudo os resultados da atividade de cultivo de soja, que teve crescimento real de 546% do valor agregado, o que fez com que o Piauí alcançasse os mais elevados patamares de produtividade registrados pelos estados brasileiros, com a marca de 3.231kg/ha.

Dada nossa vocação para a atividade agropecuária e as perspectivas de um crescimento ainda maior da importância da produção de grãos na região dos Cerrados, o Governo está trabalhando para ampliar as ações que visam à regularização e a gestão fundiária em todo o Estado, mas com olhar especial para a região dos cerrados.



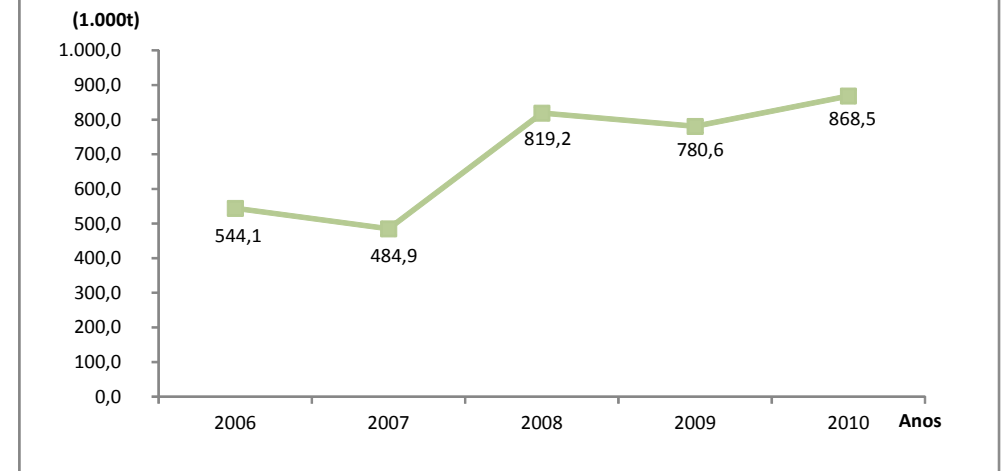
No modelo de desenvolvimento proposto pelo Governo do Piauí é essencial que a promoção do crescimento da atividade agropecuária seja feita em bases sustentáveis, com respeito ao meio ambiente. Para tanto estamos implantando políticas públicas que visam conciliar a ocupação das terras propícias ao cultivo e/ou criação de animais em condições de respeito às regras da legislação ambiental, garantindo assim a sustentabilidade do processo de desenvolvimento.

**Quadro 2 - Produção de Grãos no Estado do Piauí - 2005/2010 (mil t)**

Produto	2005	2006	2007	2008	2009	2010
<b>Soja</b>	559,5	544,1	484,9	819,2	780,6	868,5
<b>Milho</b>	191,8	229,6	171,1	323,2	496,3	342,5
<b>Arroz</b>	228,2	192,4	143,9	226,7	212,6	113,0
<b>Feijão</b>	47,6	67,2	38,4	65,5	62,0	32,8
<b>Total</b>	<b>1.027,1</b>	<b>1.033,3</b>	<b>838,3</b>	<b>1.434,6</b>	<b>1.551,5</b>	<b>1.356,8</b>

Fonte: IBGE - LSPA.

**Gráfico 3 - Produção de Soja nos Cerrados Piauienses - 2006/2010 (mil t)**



Fonte: IBGE - LSPA.

Deve-se destacar que a geração de riqueza, a expansão do emprego e o aumento da renda da população do Estado são respostas a um conjunto de fatores de estímulo, que guardam relação com o bom desempenho da economia brasileira e com o conjunto de políticas públicas desenvolvidas pelo Governo do Estado.

Com efeito, ao lado do atual ciclo expansivo da agricultura, vem ocorrendo, de modo inquestionável, a expansão do setor industrial no Estado, em aproveitamento das vantagens locais, econômicas e dos incentivos governamentais.



Assim é que grupos empresariais locais e de fora do Estado estão investindo na atividade industrial, sobretudo no ramo da agroindústria, no qual residem grandes oportunidades no Piauí.

**Quadro 3 - Resumo das Empresas Industriais Instaladas ou em Implantação, Beneficiadas com Incentivos Fiscais Estaduais - 2006/2010**

Períodos	Nº de Empresas	Total de Empregos	Empregos Diretos	Empregos Indiretos	Investimentos (R\$ 1.000)	Média por Empresa (R\$ 1.000)
2006	43	13.246	1.777	11.469	157.724	3.668,0
2007	17	4.032	729	3.303	12.488	734,6
2008	20	17.267	4.519	12.748	5.607.098	280.354,9
2009	37	10.591	1.297	9.294	108.239	2.925,4
2010	16	6.622	1.301	5.321	71.138	4.446,1
<b>Total</b>	<b>133</b>	<b>51.758</b>	<b>9.623</b>	<b>42.135</b>	<b>5.956.687</b>	<b>292.129,0</b>

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico - SEDET - Comissão de Incentivos Fiscais.

O Setor Industrial como um todo (Indústria Extrativa, Indústria de Transformação, Serviços Industriais de Utilidade Pública e Construção Civil) representou 16,2% da economia estadual em 2008 e cresceu a uma taxa de 7,9% em termos reais. O desempenho desse setor foi impulsionado pelos resultados da Construção Civil que cresceu no período 12,6%, com destaque para a construção de moradias populares e estradas.

O Quadro 3 demonstra-se, sob vários aspectos, os resultados obtidos pela política de incentivos fiscais praticada pelo Governo do Estado, especificamente para criação de condições institucionais favoráveis à instalação de empreendimentos industriais no Piauí. Constata-se que no quinquênio 2006 – 2010 nada menos de 133 unidades industriais foram instaladas (algumas, dos anos mais recentes, em avançado processo de implantação), cujos projetos prevêem a criação de 51.758 empregos, sendo 9.623 diretos e 42.135 indiretos; o montante total a ser investido eleva-se a mais de 5,9 bilhões de reais. 70 desses empreendimentos (52,6%) estão situados



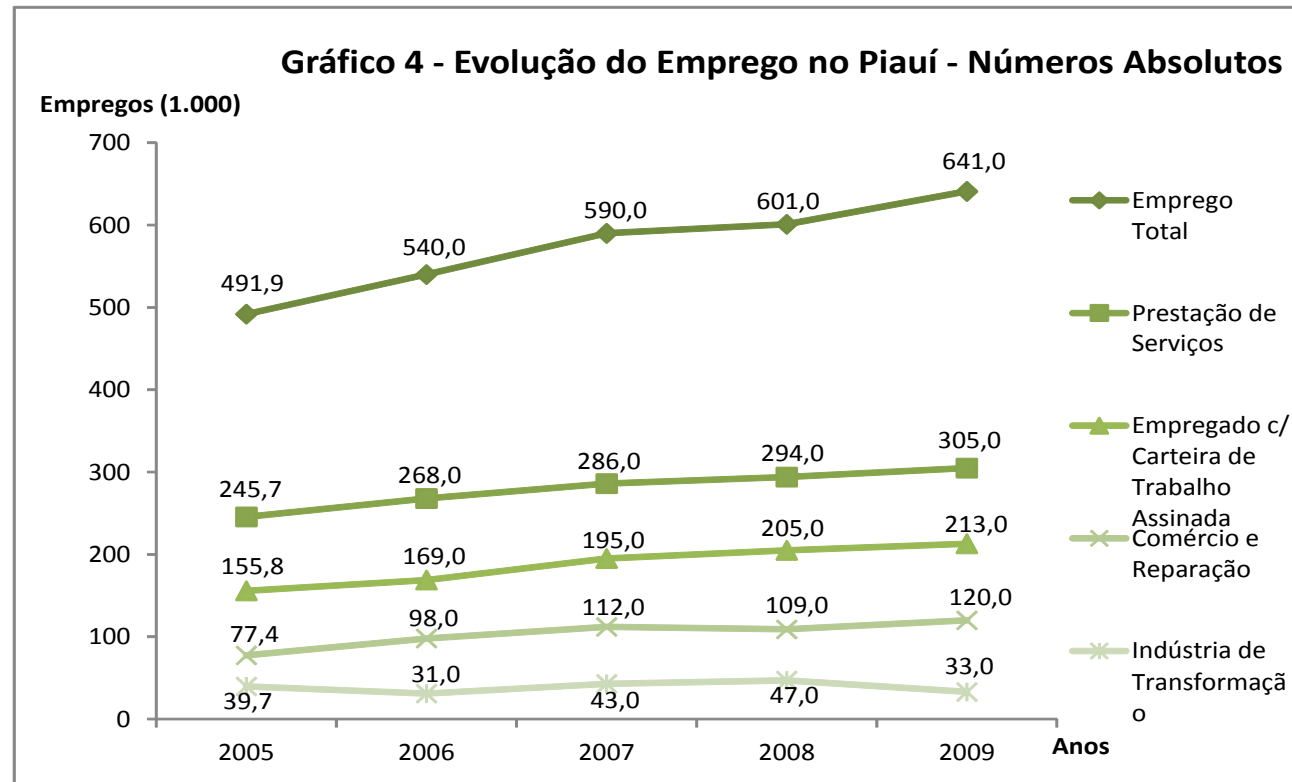
na capital do Estado. Entretanto, as demais 63 unidades (47,4%) localizam-se no interior do Estado, o que termina favorecendo o desenvolvimento equilibrado entre as microrregiões piauienses.

Em grandes linhas o Quadro 3 traduz o modelo de política industrial incentivada, em vigência no Estado do Piauí, embasada na estratégia de multiplicação dos empreendimentos industriais: em vez de reduzido número de grandes empreendimentos, espacialmente concentrados, observa-se uma ampla quantidade de pequenos/médios empreendimentos, diversificados em um grande espectro no que toca ao porte, cujas médias de emprego total por unidade industrial variam, conforme o ano, entre 237 (ano 2007) a 863 (ano 2008), e as médias de investimentos por unidade fabril diversificam-se entre R\$ 734.500 (2007) e R\$ 280.354.900 (2008).

Essa política ativa de incentivos favorece o melhor aproveitamento da capacidade empreendedora dos piauienses, além da diversificação e dispersão espacial da indústria no território piauiense. As indústrias incentivadas mostram-se diversificadas e são basicamente apoiadas no variado potencial de matérias-primas disponíveis no Estado, a saber: mel de abelha, carcinicultura, castanha de caju, celulose, bebidas (cerveja, sucos e refrigerantes), construção civil (cerâmicas, estruturas de cimento, estruturas de ferro e aço) e confecções.

A geração de empregos é um dos indicadores que melhor sinaliza o resultado positivo das ações de um governo. É de fundamental importância priorizar as políticas de criação de empregos como forma de garantir a inclusão produtiva da população pelo mecanismo mais nobre, o emprego formal. Nos últimos anos os números que medem o avanço do emprego formal mostram que o Piauí tem se destacado nesse campo.

A intensidade da criação de empregos formais pode ser observada no gráfico 4, que mostra a evolução entre os anos de 2005 a 2009, quando foram criados 149.100 empregos, redundando em acréscimo de 30,3% no período, com geração média anual de 29.800 empregos no Estado do Piauí.



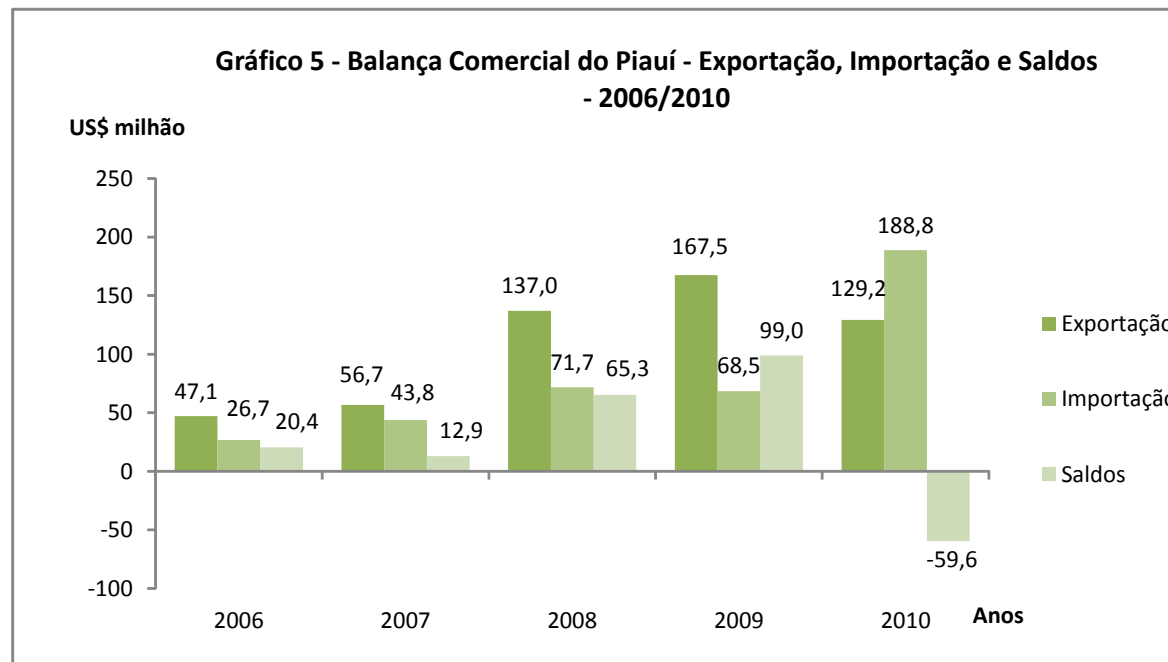
Fonte: IBGE, PNAD. 2005: Tabela 2208. Demais anos: Tabela 4.23.

O Piauí está avançando no campo do comércio exterior. Até a década de 1990 a pauta das exportações piauienses era formada por produtos primários semi-processados, tais como cera de carnaúba, castanha de caju, couros e peles. A partir dos anos 2000 a lista de produtos de exportação foi ampliada, com a inclusão de outros produtos primários, a exemplo do mel de abelha, sucos de frutas e a



soja e seu farelo. Vale destacar o peso crescente destes dois últimos produtos no valor das exportações que, em termos relativos passaram de 11,4% em 2006, para 37,3% em 2010.

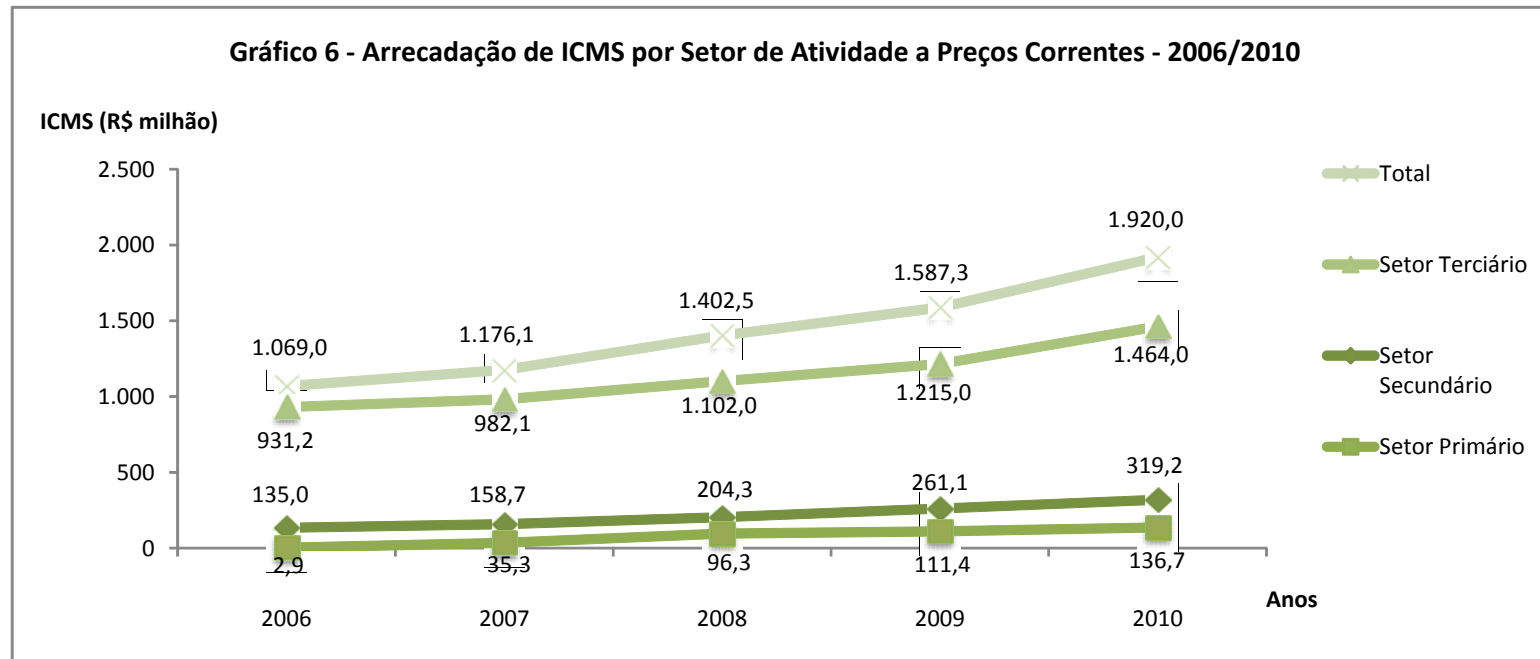
Recentemente o Piauí rompeu o limite imaginário dos cem milhões de dólares no valor das exportações. No gráfico 5 abaixo podemos observar que o Piauí se manteve superavitário até 2009, tendo registrado um déficit em 2010, ano em que ocorreu um explosivo aumento das importações e, simultaneamente, um decréscimo nas exportações piauienses efeito da crise nos mercados internacionais consumidores de produtos do Piauí. Superados os efeitos negativos da atual instabilidade da economia internacional, temos as bases para uma participação cada vez mais importante da economia piauiense no comércio externo.



Fontes: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.  
Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Tecnologia.

Do ponto de vista institucional, a modernização da gestão pública em alguns setores prioritários contribui para a evolução de seus números. Na área fiscal, especificamente, houve uma melhoria significativa tanto na parte da infraestrutura quanto na de gestão de recursos humanos. Prova disso é o incremento na arrecadação do principal imposto do Estado, o ICMS.

No gráfico 6 abaixo, vemos que a evolução da arrecadação desse imposto foi substancial entre os anos de 2006 e 2010 chegando a praticamente 70% do valor do ano de referência, configurando um aumento médio anual de 13,4% devido à dinâmica crescente da economia piauiense e ao aperfeiçoamento do sistema de arrecadação.



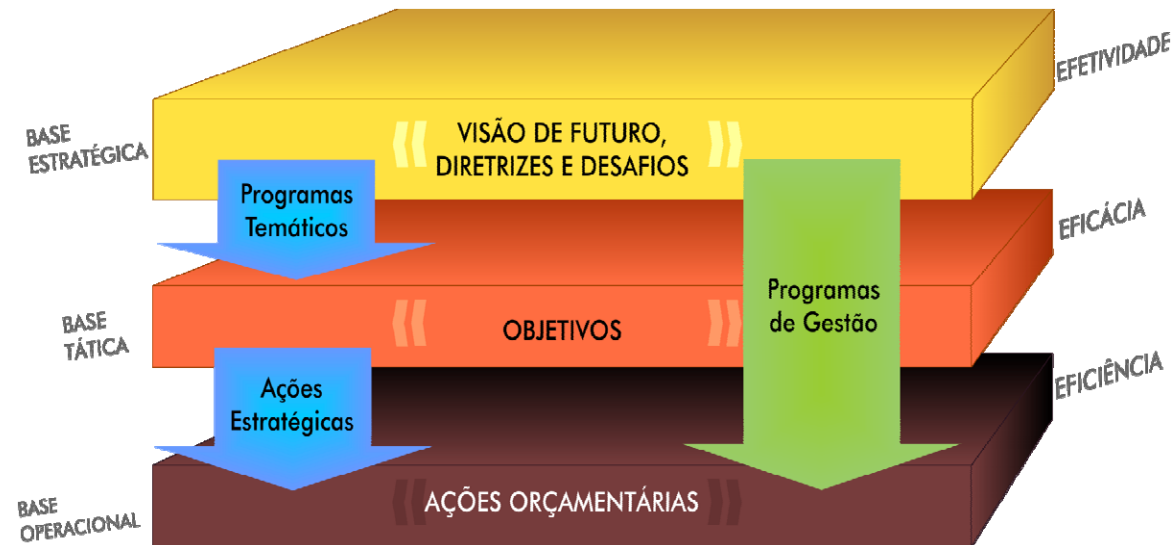
Fonte: Secretaria de Fazenda - Coordenação de Estudos Econômicos e Fiscais - COEFI.

O grande desafio que se impõe é a manutenção do padrão de desenvolvimento conquistado nos últimos anos, ampliando ainda mais a velocidade do crescimento econômico ao mesmo tempo em que garante a inclusão social da população mais carente, gerando um Estado com maior desenvolvimento humano e com igualdade de oportunidades para todos os piauienses.



## PLANO PLURIANUAL - PPA 2012 – 2015

### ANEXO I - BASE ESTRATÉGICA





## PREMISSAS DO PLANO

- Planejamento participativo, com enfoque territorial
- Transparência nas ações do governo
- Eficiência na gestão dos recursos públicos
- Sustentabilidade ambiental



## DIRETRIZES DE GOVERNO

### I. Promover o desenvolvimento humano com inclusão social e qualidade de vida

#### DESAFIOS SETORIAIS

- Garantir o acesso à educação de qualidade, com foco prioritário no ensino médio e profissionalizante
- Promover a cultura, o esporte, o lazer e a educação ambiental como fatores de desenvolvimento e inclusão social
- Ampliar o acesso aos serviços de saúde com qualidade e equidade, interiorizando e descentralizando os serviços de média e alta complexidade
- Fortalecer a integração entre as políticas de assistência social e as de educação e desenvolvimento econômico
- Aumentar a segurança pública através de ações integradas, com foco na prevenção e redução da violência e da criminalidade
- Garantir a acessibilidade para inclusão social das pessoas com deficiência e idosos
- Considerar as diferenças de gênero, raça, etnia e intergerações na formulação e implementação de políticas públicas
- Fomentar a inclusão digital e as diversas formas de novas tecnologias como motor fundamental no apoio ao crescimento econômico e social
- Ampliar o acesso às oportunidades de trabalho e emprego por meio de ações de inclusão produtiva nos meios urbano e rural.



## II. Prover o Estado da infraestrutura necessária para o desenvolvimento territorial sustentável

### DESAFIOS SETORIAIS

- Melhorar a infraestrutura de transportes, ampliando a interligação entre os vários modais (rodoviário, aéreo, ferroviário e hidroviário)
- Universalizar o acesso à água em seus múltiplos usos, ampliar a coleta de esgotamento sanitário e melhorar as condições de habitabilidade
- Estimular a integração entre o agronegócio e a agricultura familiar e fortalecer as cadeias e arranjos produtivos locais (APLs)
- Fortalecer potencialidades em processo de consolidação, como o turismo, a indústria de transformação e a mineração
- Estimular a implantação de investimentos que se integrem à economia local, ampliando os efeitos positivos na agregação de valor e no aumento da geração de emprego e renda
- Assegurar o desenvolvimento competitivo da agropecuária, garantindo o nível de proteção adequado aos consumidores
- Promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais com foco na revitalização da Bacia do Rio Parnaíba, maior patrimônio ambiental do Estado
- Fortalecer a gestão ambiental
- Incentivar pesquisas e o uso de fontes energéticas limpas e renováveis, em especial energia hidráulica, biomassa solar e eólica



### III. Adotar uma gestão orientada para resultados, com foco na melhoria dos serviços aos cidadãos

#### DESAFIOS SETORIAIS

- Aumentar a capacidade de implementar políticas públicas, através do monitoramento e avaliação de ações de governo
- Adotar política de permanente valorização do servidor, através de: capacitação, qualificação, assistência à saúde e prestação de serviços previdenciários, com qualidade
- Definir a política de tecnologia da informação e comunicação como ferramenta para aumentar a produtividade e transparência das ações governamentais
- Manter o equilíbrio entre receitas e despesas, com foco na responsabilidade fiscal e na qualidade dos serviços prestados aos cidadãos



## PROGRAMAS DE GOVERNO

### PROGRAMAS TEMÁTICOS

#### 01 - GESTÃO MODERNA ORIENTADA PARA RESULTADOS

##### DIRETRIZ ASSOCIADA

III. Adotar uma gestão orientada para resultados, com foco na melhoria dos serviços aos cidadãos

##### CONTEXTUALIZAÇÃO

A partir de janeiro de 2011, adotou-se um modelo de gestão orientada para a busca da eficiência na gestão pública estadual, focada no crescimento econômico com inclusão social. O objetivo foi implantar uma gestão pública de metas e controle de resultados, tendo como uma das bases desse modelo a separação dos órgãos públicos estaduais em setores ou áreas afins, permitindo a identificação de pontos de contato, reduzindo as superposições e o conhecimento das ações de outros órgãos da mesma área.

Identificou-se a necessidade de um governo voltado para o planejamento, com definição de metas e acompanhamento sistemático das ações e cobrança de resultados, proporcionando uma melhor compreensão do conjunto de ações desenvolvidas em todo o Estado, permitindo enxergar as superposições e/ou os pontos cegos relativos às ações de cada órgão em cada área, e mesmo em áreas temáticas diferentes.

Nos últimos anos, em que pesem os investimentos feitos na modernização da gestão estadual, muitos órgãos ainda têm sua capacidade de prestação de serviços subutilizada, em função de fragilidades institucionais relacionadas a estruturas físicas inadequadas, equipamentos e sistemas de informática obsoletos e limitado investimento em qualificação de pessoal.

A reestruturação administrativa do poder executivo é um marco inicial para revigorar a capacidade institucional do Estado de planejar e implementar ações, daí a importância de investimentos vislumbrando agilidade, transparência e resultados satisfatórios aos destinatários das políticas públicas. Além disso, há a necessidade de melhoria da qualidade dos gastos públicos e do aprimoramento dos controles fiscais, sintonizando a execução orçamentária do executivo às normas da contabilidade pública.



## OBJETIVOS

- Estruturar o sistema de planejamento, controle e avaliação dos programas executados pelo governo;
- Orientar, coordenar, acompanhar e avaliar a gestão e os programas de governo, visando aferir o desempenho e melhorar a eficiência, eficácia e efetividade dos recursos públicos;
- Dar maior transparência às ações de governo através da institucionalização de canais de comunicação com a sociedade civil.
- Melhorar a qualidade dos serviços públicos com a utilização de modernas tecnologias de informação;
- Melhorar as instalações públicas, com a reestruturação do espaço físico e aquisição de mobiliário e equipamentos;
- Promover o acesso dos servidores à formação acadêmica e/ou melhorar seu nível de conhecimento, através de cursos de capacitação e qualificação profissional;
- Aprimorar o nível da gestão pública e manter o equilíbrio fiscal;
- Planejar o desenvolvimento integrado e sustentável do Estado, de forma participativa, considerando as peculiaridades de cada território;
- Fortalecer as relações institucionais entre os vários entes da federação, fomentando a implementação de ações de desenvolvimento regional e local;

## PÚBLICO ALVO

Órgãos estaduais da administração direta e indireta e sociedade civil.

## INDICADORES

- Número de sedes governamentais implantadas, reformadas ou ampliadas: 08 (SEAD/2009)
- Número de cursos de capacitação realizados: 31 (SEAD/2009)
- Número de servidores capacitados: 2.956 (SEAD/2009)



## 02 - PIAUÍ ESTADO DIGITAL

### DIRETRIZ ASSOCIADA

I. Promover o desenvolvimento humano com inclusão social e qualidade de vida

### CONTEXTUALIZAÇÃO

É notório que nos dias de hoje a implantação de modernas tecnologias de comunicação seja algo imprescindível para que as sociedades superem barreiras físicas, econômicas e sociais, pois permitem a interação em rede dos integrantes de uma região ou grupo social, proporcionando economia de tempo e aumento da produtividade nas comunidades onde são implantadas, gerando facilidades e rapidez no acesso à informação, condensadas em arquivos de conhecimento humano, além da melhor coordenação e participação dos cidadãos nas atividades de gestão do seu município e nos serviços públicos oferecidos.

As Tecnologias da Informação e Comunicação se caracterizam por agilizar, horizontalizar e tornar o conteúdo da comunicação mais acessível, através do uso da rede para captação, transmissão e distribuição das informações de forma íntegra, ininterrupta e segura.

Por meio de diversos estudos, realizados por governos, institutos, organizações não- governamentais, universidades, etc, observou-se que o acesso à banda larga é um dos fatores preponderantes para acelerar o desenvolvimento social e econômico de um país, trazendo melhoria na qualidade de vida, empregos de maior qualificação e incremento no Produto Interno Bruto - PIB.

No entanto, em razão dos altos custos, os administradores públicos e a sociedade estão à mercê dos investimentos das empresas concessionárias das telecomunicações no país, que expandem ou atendem com suas redes, áreas de interesse econômico, divergindo da visão dos governos, que buscam atingir grupos sociais em condições desfavoráveis, diminuindo as desigualdades e proporcionando acesso a conteúdos por meio de programas de inclusão digital. Por esta razão, precisa-se de iniciativa política e entendimento das tecnologias para montar bons projetos, que possam, a custos compatíveis, levar acesso a esses grupos.

Além disso, em função do amplo crescimento populacional e econômico do Estado do Piauí e, por conseqüente maior número da malha de contribuintes, bem como o aumento do atendimento escolar e hospitalar, fez surgir à necessidade de automatização e informatização dos sistemas e procedimentos de gestão.



Desta forma, um novo desafio se apresenta: aperfeiçoar a conectividade dos *softwares* de gestão unificando os bancos de dados, aproximando a tecnologia ao cidadão através do Provedor Estadual de Internet com caráter social, compondo inicialmente uma malha de interligação dos prédios públicos estaduais e, assim, incrementar a abrangência dos programas de inclusão digital.

## OBJETIVOS

- Promover a inclusão digital disponibilizando recursos tecnológicos e treinamento para acesso à rede mundial de computadores e capacitação em informática.
- Prover infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação, bem como sistemas, que permitam a interação entre órgãos do governo e a sociedade civil.

## PÚBLICO ALVO

Sociedade piauiense e Órgãos públicos

## INDICADOR

- Número de Centros de Acesso à Tecnologia para Inclusão Social (CATIS) – Estações Piauí Digital (EPD): 02 (ATI-2010)
- Pontos de conectividade públicos à internet sem fio nos Pontos do Governo da Administração Pública e Atendimento ao Cidadão: 01 (ATI-2010)



## 03 - SAÚDE DE QUALIDADE PARA TODOS

### DIRETRIZ ASSOCIADA

I. Promover o desenvolvimento humano com inclusão social e qualidade de vida.

### CONTEXTUALIZAÇÃO

A partir dos anos 90, constituiu-se uma rede pública de saúde no Brasil sob os princípios constitucionais de universalização, integralidade da atenção, descentralização e participação social. Essa rede, organizada sob os critérios de regionalização e hierarquização dos níveis de atenção, é responsável por assegurar igualdade do direito de acesso dos cidadãos às ações e serviços de saúde, em todos os níveis e complexidade no território nacional.

O Sistema Estadual de Saúde do Piauí – SES/PI, apesar de ainda conviver com inúmeros problemas relacionados à qualidade da atenção à saúde prestada à população, fragilidade do controle social e qualidade dos processos de gestão, vem sendo estruturado no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, na perspectiva de garantir o acesso igualitário a atenção integral à saúde que priorize o aprimoramento da eficiência e da resolutividade frente às diferentes situações e demandas dos usuários.

Constituído pelo conjunto dos sistemas municipais, o SES/PI observa na sua lógica de estruturação e organização, a premissa da complexidade crescente, portanto, da hierarquização do cuidado. Nesse sentido, o Governo do Estado tem fomentado, estimulado e apoiado as esferas locais (municípios), para assumirem as responsabilidades que lhes são próprias enquanto parceiras e instâncias fundamentais na estruturação e consolidação do Sistema Único de Saúde no Estado do Piauí.

Desta forma, sem prejuízo da prestação de serviços assistenciais de média e alta complexidade, coerentemente com a lógica da hierarquização e regionalização dos serviços de saúde no SUS, o Estado tem investido no sentido de apoiar e estimular os municípios a priorizarem ações de promoção e prevenção da saúde. Os esforços vão em direção à consolidação de um conjunto de estratégias que viabilizem a mudança efetiva do Modelo Assistencial Curativo para um enfoque ou Modelo de Atenção que tenha na Prevenção e na Promoção da Saúde, o foco central de organização dos serviços. Nesse processo, reafirma a responsabilidade precípua de materializar uma política pública de saúde que, regida pelos princípios da universalidade, equidade e integralidade, consiga enfrentar e diminuir as iniquidades no acesso a atenção à saúde.



Reconhecido como sendo a expressão material de uma política pública com o maior potencial para viabilizar a universalização do acesso à atenção integral à saúde, o SUS enfatiza nas ações empreendidas pelas instâncias gestoras (Estado e Municípios), a necessidade de uma prestação de serviços humanizada, acessível e resolutiva. Na perspectiva de alcançar esse propósito, o Estado do Piauí, busca intensificar esforços para o ajuste organizacional e para o aprimoramento da qualidade das ações, serviços e práticas de saúde em todos os níveis de atenção, de modo a contemplar a integralidade da atenção, a qualidade de vida e a melhoria nas condições de saúde da população.

Alguns indicadores permitem que se faça uma breve análise da situação da saúde no Estado. Dentre eles destacam-se a taxa de mortalidade infantil e a esperança de vida ao nascer.

A taxa de mortalidade infantil tem sido uma das principais medidas de aferição das condições de vida e de saúde da população, pois relaciona o número de óbitos de crianças de até 01 ano de idade ao número de mil crianças nascidas vivas e assim, permite perceber – indiretamente – a sua relação com questões de alimentação, de qualidade do atendimento pré-natal, de cuidados neo-natais, de condições domiciliares, de saneamento, dentre outros.

No Estado do Piauí a taxa de mortalidade infantil foi uma das que mais decresceu ao longo dos últimos anos dentre todas as unidades da federação brasileira, resultado de um conjunto de políticas públicas voltadas às mães e às crianças, através de assistência adequada, acesso a serviços de saúde e a disponibilidade de informação.

São exemplos dessas políticas as campanhas realizadas para a sensibilização das gestantes da necessidade do um acompanhamento pré-natal, as campanhas de vacinação infantil, com taxas de cobertura acima das metas estipuladas anualmente, a realização de exames e testes nos recém-nascidos, além das campanhas de aleitamento materno, essenciais para a saúde da mãe e dos bebês.

No ano de 2009, a taxa de mortalidade infantil do Estado era 21% menor do que a taxa nordestina, o que indica que, de maneira geral, o Piauí está em melhores condições na Região.

Em relação à situação brasileira, o Estado conseguiu diminuir paulatinamente a diferença entre essa taxa. Em 2002, a diferença era de 5,3 e, em 2009, de 3,7. O indicador piauiense aferido em 2009, de 26,2 óbitos por mil nascidos vivos, é considerado médio, à vista da classificação adotada, que é a seguinte: alto: 50 por mil ou mais; médio (20 a 49) e baixo (menos de 20).



## TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL - 2002 - 2009

UNIDADE GEOGRÁFICA			
ANO	PIAÚÍ	NORDESTE	BRASIL
2002	33,1	41,4	27,8
2003	31,1	41,4	27,5
2004	31,6	39,5	26,6
2005	30,4	38,2	25,8
2006	29,3	36,9	25,1
2007	28,2	35,6	24,3
2008	27,2	34,4	23,6
2009	26,2	33,2	22,5

Fonte: IBGE, Síntese de Indicadores Sociais

A esperança de vida ao nascer relaciona-se diretamente com a saúde da população, refletindo um panorama das suas condições de vida, de forma bastante ampla. Indica, portanto, o número médio de anos de vida esperados para um recém-nascido, mantido o padrão de mortalidade existente na população residente, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

A elevação da longevidade é uma tendência mundial, uma vez que várias doenças vão sendo erradicadas ou tratadas, as pessoas têm alcançado um padrão de vida melhor, que lhe assegura melhores condições de alimentação, de moradia, de lazer, que se traduzem em mais anos de vida.

Seguindo essa tendência, a expectativa de vida do piauiense tem se elevado nos últimos anos, refletindo a melhoria das condições de vida e de saúde da população. Em 2009, no Piauí, viveu-se 3,5 anos a mais do que se vivia no ano de 2002. Esse crescimento é superior à média brasileira, onde o crescimento da expectativa de vida foi de 2,1 anos.



## ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER DA POPULAÇÃO – 2002 - 2009

UNIDADE GEOGRÁFICA			
ANO	PIAUÍ	NORDESTE	BRASIL
2002	66,2	66,4	71
2003	66,5	66,7	71,3
2004	67,8	68,6	71,7
2005	68,2	69	71,9
2006	68,6	69,4	72,4
2007	68,9	69,7	72,7
2008	69,3	70,1	73
2009	69,7	70,4	73,1

Fonte: IBGE, Síntese de Indicadores Sociais

## OBJETIVOS

- Fortalecer a rede de atenção primária por meio das ações de monitoramento e avaliação da Estratégia de Saúde da Família (ESF) com vistas à melhoria da qualidade e da resolutividade do cuidado prestado à população;
- Prover saúde de qualidade mediante a ampliação do acesso aos serviços direcionados à criança e ao adolescente, à mulher, ao adulto, ao negro, ao idoso e às pessoas com deficiência;
- Ampliar, descentralizar e qualificar os serviços de atenção especializada, com estruturação das unidades ambulatoriais e hospitalares sob gestão e gerenciamento estadual e, procedimentos de média e alta complexidade;
- Qualificar a rede de saúde sob gestão e gerenciamento estadual para a realização de procedimentos diagnósticos, terapêuticos e de monitoramento, relacionados a agravos não transmissíveis e promover a redução dos fatores de risco a eles associados;



- Desenvolver ações de vigilância sanitária de responsabilidade tipicamente estadual, que permitam prevenir e controlar os riscos à saúde da população oriundos da produção e do uso de bens e serviços;
- Apoiar os municípios e, na impossibilidade desses, disponibilizar métodos de diagnóstico, tratamento completo tempestivo, insumos estratégicos e mecanismos de prevenção para o combate a doenças transmissíveis, em especial nas áreas de maior incidência e em grupos vulneráveis;
- Qualificar e ampliar a rede de assistência farmacêutica e organizar os serviços de aquisição, distribuição e avaliação da utilização de medicamentos de compra centralizada e descentralizada;
- Assessorar o planejamento local e realizar o planejamento das ações de competência estadual, bem como o monitoramento e a avaliação das ações de saúde desenvolvidas pelo Estado e pelos Municípios, voltadas para a implementação da política estadual de saúde em todos os níveis do cuidado e da atenção;
- Subsidiar a organização dos sistemas municipais, garantindo ainda a participação estadual no co-financiamento das ações executadas pelos municípios.

## **PÚBLICO ALVO**

População do Piauí e Gestores, Técnicos, Conselheiros de Saúde e trabalhadores de saúde em geral do Estado e dos Municípios



## INDICADORES

- Número de Estabelecimentos de saúde: 2.560 (DATASUS/2009)
- Número de serviços de reabilitação física em funcionamento: 27 (IBGE-SESAPI / 2009)
- Percentual de comissões de integração de ensino serviço em funcionamento: 100% (SESAPI/2010)
- Percentual da população cadastrada pela ESF: 93,3% (DATASUS/2009)
- Taxa de desnutrição infantil: 6,6% (SISPACTO/2010)
- Taxa de cobertura vacinal com a vacina tetravalente (dtp+hib) em crianças menores de um ano: 82% (SNI-SISPACTO/2010)
- Taxa de mortalidade infantil: 26,2% (IBGE/2009)
- Pré-Natal insuficiente: 50% (SINASC-SISPACTO/2010)
- Taxa de letalidade das formas de dengue: 4,5% (SINAN/2011)



## 04 - ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

### DIRETRIZ ASSOCIADA

I. Promover o desenvolvimento humano com inclusão social e qualidade de vida.

### CONTEXTUALIZAÇÃO

O Piauí se encontra dentre os Estados do Brasil que apresenta os maiores índices de desequilíbrios na distribuição da renda, o que reflete o empobrecimento de grande parcela da população e o conseqüente aumento da distância entre os extremos de renda pessoal, entre os mais ricos e os mais pobres.

#### Índice de Gini ( \* )

UNIDADE GEOGRÁFICA			
ANO	BRASIL	NORDESTE	PIAÚÍ
2002	0,5886	0,592	<b>0,6093</b>
2003	0,583	0,5828	<b>0,5983</b>
2004	0,5711	0,5783	<b>0,5765</b>
2005	0,5682	0,5676	<b>0,5816</b>
2006	0,5623	0,5701	<b>0,5891</b>
2007	0,555	0,5633	<b>0,5882</b>
2008	0,5486	0,5569	<b>0,5727</b>

Fonte: FGV

( \* ) Varia de zero a 1. Quanto mais perto de 1 maior o nível de concentração de renda.



Com uma população de 3,1 milhões de habitantes, em torno de 660 mil encontram-se em situação de extrema pobreza, segundo os dados preliminares do Censo 2010.

**Tabela 1: Distribuição da população em extrema pobreza segundo Estados da região Nordeste e situação do domicílio**

	População em extrema pobreza					
	Total	Urbano	Rural	% Total	% Urbano	% Rural
Nordeste	9.609.803	4.560.486	5.049.317	100,00%	47,46%	52,54%
Maranhão	1.691.183	626.839	1.064.344	17,60%	37,07%	62,93%
Piauí	665.732	241.280	424.452	6,93%	36,24%	63,76%
Ceará	1.502.924	726.270	776.654	15,64%	48,32%	51,68%
Rio Grande do Norte	405.812	216.601	189.211	4,22%	53,37%	46,63%
Paraíba	613.781	329.618	284.163	6,39%	53,70%	46,30%
Pernambuco	1.377.569	818.537	559.032	14,34%	59,42%	40,58%
Alagoas	633.650	327.589	306.061	6,59%	51,70%	48,30%
Sergipe	311.162	152.939	158.223	3,24%	49,15%	50,85%
Bahia	2.407.990	1.120.813	1.287.177	25,06%	46,55%	53,45%

Fonte: IBGE – Universo preliminar do Censo Demográfico 2010.

Entretanto, esta é uma situação que pode se reverter, a partir de medidas planejadas, que tomem como referência a execução de ações capazes de cumprir o que a lei prescreve no campo social, como forma de combater as vulnerabilidades sociais que perversamente continuam a caracterizar a realidade piauiense.

Dentre as funções da política pública de Assistência Social, estabelece-se que as ações de proteção social devem produzir aquisições materiais, sociais e socioeducativas ao cidadão para suprir suas necessidades e desenvolver suas capacidades e talentos para a convivência social com protagonismo e busca de autonomia.

A Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), estabelece os objetivos, princípios e diretrizes e determina que a assistência social seja organizada em um sistema descentralizado e participativo, composto pelo poder público e pela sociedade civil – o SUAS–Sistema Único da Assistência Social.



O SUAS organiza a oferta da assistência social, promovendo bem-estar e proteção social a famílias, crianças, adolescentes e jovens, pessoas com deficiência, idosos – enfim, a todos que dela necessitarem. As ações são baseadas nas orientações da nova Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

A transparência e a universalização dos acessos aos programas, serviços e benefícios socioassistenciais promovidos por esse modelo de gestão descentralizada e participativa vem consolidar, definitivamente, a responsabilidade do Estado no enfrentamento da pobreza e da desigualdade, com a participação complementar da sociedade civil organizada, através de movimentos sociais e entidades de assistência.

Esta é a grande tarefa da Assistência Social.

## OBJETIVOS

- Fortalecer a rede de proteção social e expandir os serviços socioassistenciais de forma a atender a demanda reprimida existente;
- Possibilitar a reinserção social dos adolescentes atendidos pelas medidas socioeducativas reduzindo o seu reingresso no sistema;
- Subsidiar a organização dos sistemas municipais, garantindo ainda a participação estadual no co-financiamento das ações executadas pelos municípios;
- Promover a inclusão social através do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários;
- Reduzir os efeitos da exclusão social com a implantação de ações socializadoras e de inclusão produtiva;
- Garantir a segurança alimentar e nutricional por meio de programas que garantam: alimentação, transferência de renda e a inclusão produtiva;
- Articular e/ou viabilizar ações de geração de renda através do fomento à economia solidária, ao cooperativismo, ao associativismo e à qualificação do trabalhador possibilitando a saída dos beneficiários dos programas de transferência de renda;
- Cumprir as diretrizes do Sistema Nacional Socioeducativo no atendimento de adolescentes em conflito com a lei;
- Planejar, qualificar, monitorar e avaliar as ações da Política da Assistência Social no Estado;
- Promover ações de enfrentamento ao uso indevido de substâncias psicoativas na área de proteção social;
- Atender famílias e indivíduos em estado de vulnerabilidade, risco pessoal e social;
- Implantar e implementar o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência – SIPIA/Conselho Tutelar.



## **PUBLICO ALVO**

Famílias, grupos e indivíduos em situação de vulnerabilidade e riscos pessoal e social. Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Gestores e técnicos Municipais.

## **INDICADORES**

- Centros de Referência Especializados da Assistência Social: 53 (MSD/2001)
- Centros de Referência da Assistência Social – CRAS: 267 (MDS/2011)
- Número de beneficiários do Economia Solidária: 930 pessoas (SASC/2011)
- Número de beneficiários do Pro Jovem Adolescente: 20.859 (MDS/2011)
- Número de famílias com Bolsa Família: 438.263 (MDS/2011)
- Número de idosos beneficiados com Prestação Continuada da Assistência Social: 18.362 (MDS/2011)
- Número de mulheres em situação de violência na Casa Abrigo Mulher Viva: 1.344 (SASC/2077-2011)



## 05 - MAIS VIVER

### DIRETRIZ ASSOCIADA

I. Promover o desenvolvimento humano com inclusão social e qualidade de vida.

### CONTEXTUALIZAÇÃO

Segundo o IBGE, a linha de extrema pobreza, foi estabelecida em R\$ 70,00 per capita considerando o rendimento nominal mensal domiciliar. Nesse sentido, conforme dados do universo preliminar do Censo Demográfico 2010, a região Nordeste concentra 59,07% do total de brasileiros que se encontram em situação de extrema pobreza, ou seja, 9.609.803 habitantes, dos quais, 665.732 estão no Piauí, sendo 36,24% residentes em área urbana e 63,76%, quase meio milhão de pessoas, no meio rural, conforme tabela 1.

**Tabela 1: Distribuição da população em extrema pobreza segundo Estados da região Nordeste e situação do domicílio**

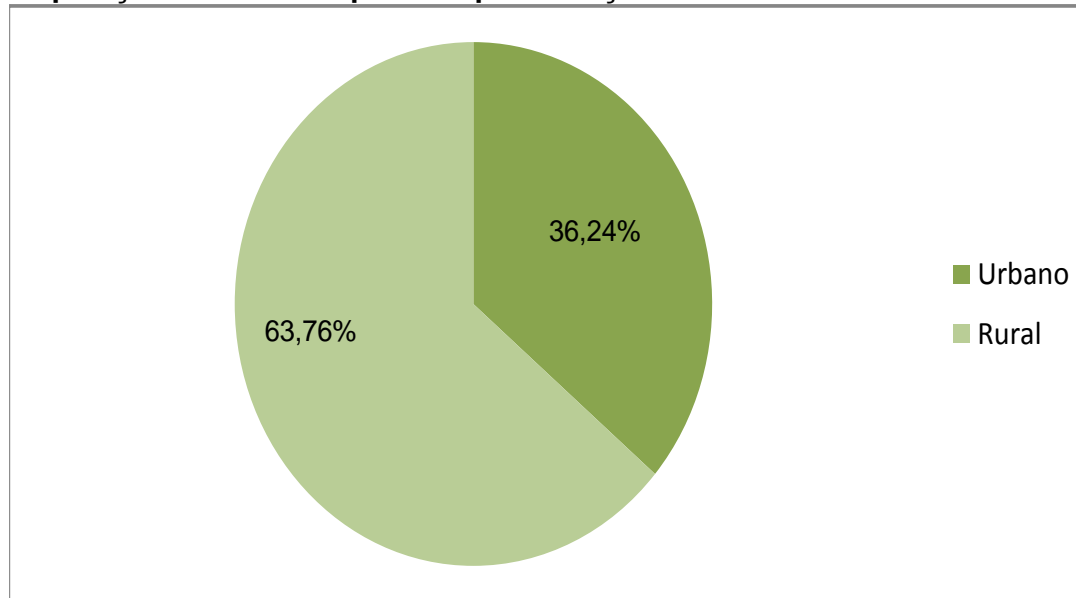
População em extrema pobreza						
	Total	Urbano	Rural	% Total	% Urbano	% Rural
Nordeste	9.609.803	4.560.486	5.049.317	100,00%	47,46%	52,54%
Maranhão	1.691.183	626.839	1.064.344	17,60%	37,07%	62,93%
Piauí	665.732	241.280	424.452	6,93%	36,24%	63,76%
Ceará	1.502.924	726.270	776.654	15,64%	48,32%	51,68%
Rio Grande do Norte	405.812	216.601	189.211	4,22%	53,37%	46,63%
Paraíba	613.781	329.618	284.163	6,39%	53,70%	46,30%
Pernambuco	1.377.569	818.537	559.032	14,34%	59,42%	40,58%
Alagoas	633.650	327.589	306.061	6,59%	51,70%	48,30%
Sergipe	311.162	152.939	158.223	3,24%	49,15%	50,85%
Bahia	2.407.990	1.120.813	1.287.177	25,06%	46,55%	53,45%

Fonte: IBGE – Universo preliminar do Censo Demográfico 2010.



Proporcionalmente, corresponde a 21,3% da população do Estado abaixo da linha de extrema pobreza, colocando o Piauí como o 2º pior Estado, atrás somente do Maranhão com  $\frac{1}{4}$  da população vivendo nessas condições. O gráfico 2, a seguir, apresenta a incidência da extrema pobreza por situação do domicílio – urbano e rural – para o Piauí.

**Gráfico 2**  
**População em extrema pobreza por situação de domicílio no Piauí**



Fonte: IBGE – Universo preliminar do Censo Demográfico 2010.

O baixo acesso à renda associado à falta de oportunidade; a dificuldade de acesso aos diversos serviços públicos associado a quase nenhuma infraestrutura, principalmente de saneamento básico; bem como a necessidade de inclusão produtiva e de segurança alimentar, principalmente no meio rural, torna-se imperativo que o Estado se faça de presente, de forma efetiva através da implementação de políticas públicas, estruturantes, sustentáveis, universalizantes e com equidade social.



O programa MAIS VIVER do governo estadual, surge dessa convicção, e por estar em estreita consonância e sintonia com a estratégia nacional proposta pelo Governo Federal através do Brasil Sem Miséria, pretende implementar suas propostas de intervenção a partir dos 3 (três) eixos coordenadores do programa:

- Transferência de renda;
- Acesso a serviços públicos; e
- Inclusão produtiva, na qual ganham relevo no Piauí, as políticas de promoção de Segurança Alimentar.

## OBJETIVOS

- Ampliar o acesso às oportunidades de ocupação e renda por meio de ações de inclusão produtiva nos meios urbano e rural.
- Mapear e inscrever pessoas que precisam e ainda não recebem o Bolsa-Família
- Promover a inclusão social e produtiva da população extremamente pobre, com ênfase nos recortes de etnia e gênero.
- Combater a fome e a desnutrição a partir do acesso ao alimento em quantidade suficiente e de qualidade nutricional satisfatória.
- Promover elevação da renda familiar *per capita* das famílias extremamente pobres por meio dos programas de transferência de renda e outros benefícios monetários.
- Ampliar o acesso aos serviços públicos e ações de cidadania e bem estar social.

## PÚBLICO ALVO

Famílias, grupos e indivíduos em situação de vulnerabilidade pessoal e social; beneficiários de programas de transferência de renda; comunidades quilombolas; trabalhadoras e trabalhadores urbanos com baixa renda per capita; pequenos produtores rurais da agricultura familiar e afins.



## INDICADORES

- População em extrema pobreza no Estado do Piauí: (IBGE)
- População rural em extrema pobreza no Estado do Piauí: (IBGE)
- Número de programas implantados: governo do estado
- Nº de famílias atendidas: governo do estado
- População quilombola em extrema pobreza no Estado do Piauí: (IBGE)



## 06 - INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS

### DIRETRIZ ASSOCIADA

I. Promover o desenvolvimento humano com inclusão social e qualidade de vida.

### CONTEXTUALIZAÇÃO

A Constituição Federal em seu artigo 23, inciso II, determina que “é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiências”.

Na raiz dessa determinação está à perspectiva da inclusão social, entendida como o processo pelo qual a sociedade se adapta para incluir em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. Por esta razão, apesar da responsabilidade fundamental de fazer frente a esse desafio recair, principalmente, sobre os governos, isso não diminui a responsabilidade da sociedade em geral, nem dos indivíduos e nem das organizações em particular.

Dessa forma, cabe ao Estado desenvolver atividades que visem garantir o direito dessas pessoas a oportunidades idênticas às dos demais cidadãos, tal como possibilitar o acesso aos serviços públicos, aos bens culturais, bem como permitir usufruir das melhorias nas condições de vida resultantes do desenvolvimento econômico, do progresso social e tecnológico.

Para tanto, é necessário prestar serviços nas diversas áreas de atenção à população com deficiência, como a de saúde, de educação, de emprego e renda, de seguridade social, de legislação, etc.

No Piauí muito já se avançou nos últimos anos, não só em razão da institucionalização da Política Estadual de Pessoas com Deficiências, mas, sobretudo, pela interiorização da atuação governamental. São 28 COMUDES (Conselho Municipal de Defesa da Pessoa com Deficiência) implantados; 40 Unidades de Fisioterapia Física instaladas, 02 Núcleos de Equoterapia devidamente requalificados e 05 Unidades de Atendimento socioeducativo à PCD implementadas e constituídas pelo Centro Integrado de Educação Especial – CIES; Centro de Apoio Pedagógico de Atendimento à Pessoa com Deficiência Visual – CAP; Centro de Capacitação e Atendimento às Pessoas com Surdez – CAS; Centro de Habilitação Ana Cordeiro – CHAC; Núcleo de Altas Habilidades/Superdotados – NAAH/S.



No entanto, muito ainda há de ser feito em razão do dimensionamento da problemática da deficiência no Piauí, tanto em termos qualitativos quanto quantitativos. Apesar dos dados de abrangência estadual que retratem de forma atualizada a realidade nesta área serem muito escassos, estima-se que cerca de 17,6% (IBGE/Censo 2000) da população piauiense possui algum tipo de deficiência. Índice elevado, que coloca o Piauí como o terceiro Estado no país com o maior número de PCDs.

Os principais tipos de deficiências identificados no Estado estão discriminados na tabela abaixo:

TIPOS DE DEFICIÊNCIA <sup>1</sup>	Nº DE PCD'S NO PIAUÍ
Visual	375.296
Física	145.325
Auditiva	113.294
Mental	53.571
Tetraplegia, Paraplegia ou Hemiplagia	17.745
Falta de membro ou parte dele	7.233
Total da População com Alguma Deficiência	501.409

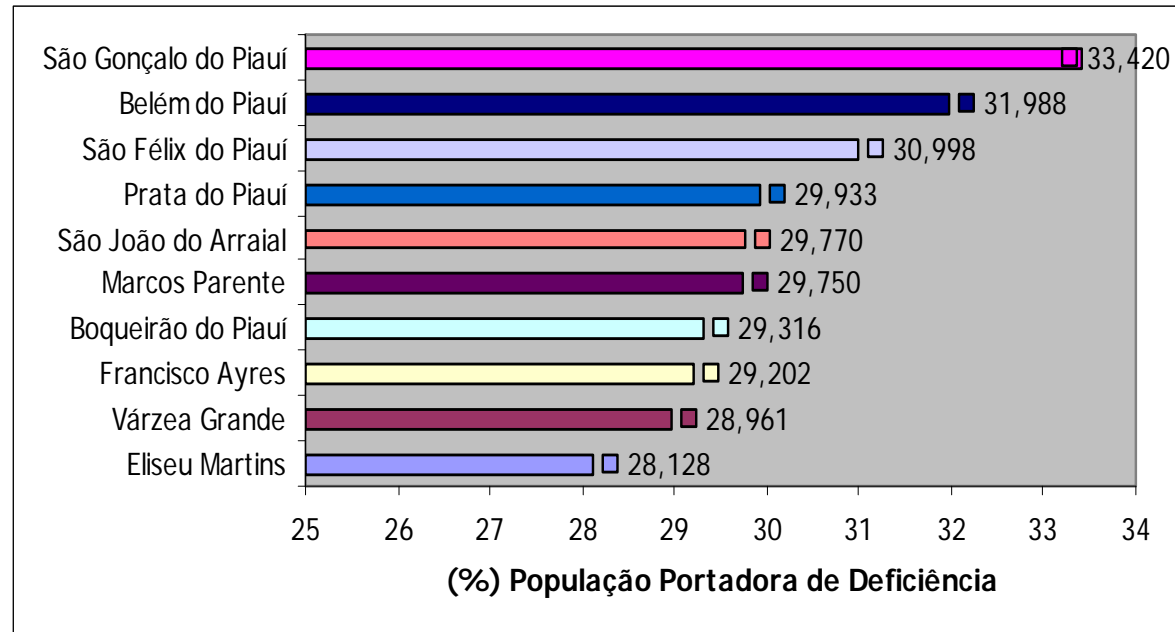
Fonte: Retratos da deficiência no Brasil – FGV 2003 – Censo 2000

Ainda segundo o Censo do IBGE, dez cidades do Piauí estão entre as 50 cidades com maior índice de pessoas com deficiência no Brasil. O Piauí tem também a cidade com o maior número relativo de deficiente: São Gonçalo do Piauí

<sup>1</sup> Algumas pessoas tem deficiências múltiplas, por isso o somatório supera as 500 mil pessoas



## Cidades do Piauí com o Maior Número de PCD





Entre as capitais do Nordeste, Teresina está entre as três primeiras com relação ao percentual de pessoas com deficiências, conforme descrito no quadro abaixo.

CAPITAIS DO NORDESTE	% PCD'S
Recife	16,02
Maceió	15,43
<b>Teresina</b>	<b>14,86</b>
João Pessoa	14,85
Aracaju	14,63
Natal	14,43
Fortaleza	13,63
São Luís	13,50
<b>MÉDIA DO NE</b>	<b>14,54</b>

Fonte: Retratos da deficiência no Brasil – FGV 2003 – Censo



Diante deste cenário, o Programa Inclusão das Pessoas com Deficiência tem por propósito realizar ações que visem reabilitar na sua capacidade funcional e desempenho humano as pessoas com necessidades especiais, bem como proteger a saúde deste segmento populacional e prevenir agravos que determinem o aparecimento de deficiências.

## OBJETIVOS

- Fortalecer a rede de proteção social e intensificar as medidas sócio-assistenciais.
- Fortalecer as políticas de prevenção à deficiência.
- Promover a auto-estima das pessoas com deficiência, a coesão social e familiar, a organização comunitária e associativa, o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos específicos, esporte e lazer.
- Fortalecer a rede socioeducativa.
- Fortalecer a Rede Estadual de Reabilitação Física.
- Promover a inclusão no mercado de trabalho.
- Intensificar a educação inclusiva.

## PÚBLICO ALVO

Famílias, grupos e indivíduos com algum tipo de deficiência

## INDICADORES

- Total da população do Estado com alguma deficiência: 501.409 (FGV/2000)



## 07 - DIREITOS HUMANOS, DIREITO DE TODOS

### DIRETRIZ ASSOCIADA

I. Promover o desenvolvimento humano com inclusão social e qualidade de vida.

### CONTEXTUALIZAÇÃO

Os princípios históricos dos Direitos Humanos são orientados pela afirmação do respeito ao outro e pela busca permanente da paz. Paz que, em qualquer contexto, sempre tem seus fundamentos na justiça, na igualdade e na liberdade.

É sob o impulso dinâmico desses aspectos que os Direitos Humanos se fortalecem, erguendo como bandeira a democratização permanente do Estado e da própria sociedade. É deles, também, que o Estado vem colhendo crescentemente demandas e exigências para incorporá-las a sua ação programática nas diferentes políticas públicas.

O reconhecimento e a incorporação dos Direitos Humanos no ordenamento social, político e jurídico brasileiro resultam de um processo de conquistas históricas, que se materializaram na Constituição de 1988, em que define entre os fundamentos da República Federativa do Brasil, a cidadania e a dignidade da pessoa humana, e determina dentre seus objetivos fundamentais, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Desde então, avanços institucionais vão se acumulando a fim de surgir um país, e por conseqüência, um estado melhor, apesar de ainda ser constante um cotidiano repleto por violações rotineiras desses mesmos direitos.

A população mais carente é, tradicionalmente, a que sofre as maiores violações de direitos humanos. E é a essa população, infelizmente majoritária no Piauí, que deve ser assegurado o tratamento digno de ser humano. São cotidianos e variados os relatos de agressões e ofensas, maus tratos e torturas. Se, como diz Guimarães Rosa, “para os pobres, os lugares são mais longe”, cabe ao Estado encurtar essas distâncias ou, no mínimo, fazer com que elas levem a algum lugar onde se consiga uma solução efetiva para violações, muitas vezes, históricas, promovendo de forma igualitária a inclusão de segmentos sociais discriminados, vulnerabilizados ou com seus direitos violados a uma vida digna, justa e de qualidade.



## OBJETIVOS

- Prevenir, enfrentar e reduzir as diferentes formas de ameaças e violação dos direitos humanos e civis nos diversos grupos sociais (gênero, etnia, geração e orientação sexual).
- Fortalecer o desenvolvimento social do Estado assegurando o direito de assistência jurídica a todos.
- Fortalecer os Núcleos de Defesa do Cidadão e Centros de Referência.
- Promover a integração e a articulação das políticas públicas setoriais destinadas à população mais vulnerabilizada, com ênfase nos recortes de gênero, etnia, geração e orientação sexual.
- Garantir a participação e o controle social das políticas públicas em Direitos Humanos, em diálogo plural e transversal entre os vários atores sociais.
- Assegurar o acompanhamento dos egressos de medidas socioeducativas e suas famílias com inclusão na rede social assistencial.

## PÚBLICO ALVO

Indivíduos ou grupos em situação de vulnerabilidade pessoal e social, pessoas com direitos penais e civis desrespeitados.

## INDICADORES

- Número de atendimentos a mulher vítima de violência: 700 (SASC/2010)
- Número de atendimentos no Centro de Referência Especializado à Violência contra Idoso: 17.000 (SASC/2010)



## 08 - JUSTIÇA E CIDADANIA NO SISTEMA PRISIONAL

### DIRETRIZ ASSOCIADA

I. Promover o desenvolvimento humano com inclusão social e qualidade de vida.

### CONTEXTUALIZAÇÃO

O sistema prisional do Estado, no atual contexto, apresenta-se com estrangulamentos diversos, seja no âmbito de sua estrutura física, da celeridade na tramitação processual, bem como, deficiências relativas a medidas de ressocialização de detentos e reeducandos, sendo necessária a implementação de melhorias em todo o sistema penitenciário.

Atualmente o sistema possui 14 Unidades Penais e 01 Escola Penitenciária. As obras de construção da Casa de Detenção de Altos foram retomadas e o Presídio da cidade de São Raimundo Nonato foi concluído. A capacidade de lotação é de 2.105 detentos e a população carcerária atual no Estado do Piauí gira em torno de 2.800 detentos, com um crescimento anual de 15% a 20%.

Com o objetivo de dar soluções a esses problemas é que se reforça o empenho para manter em constante melhoria a infraestrutura física do sistema prisional do Estado, tornando-o mais seguro e eficiente. Além de ampliar os mecanismos de conscientização dos direitos dos presos, disponibilizando assessoria jurídica para cumprimento do Código de Execuções Penais.

Também faz parte das atribuições de reforço do sistema prisional a humanização e reintegração social dos apenados, por meio de projetos educativos, profissionalizantes e esportivos dentro das penitenciárias, além do acompanhamento das famílias e cuidados com a saúde dos detentos.



## OBJETIVOS

- Promover melhorias no sistema prisional tornando-o mais seguro e eficiente.
- Proporcionar a reinserção social de reeducandos e apenados.
- Promover a integração operacional com as áreas de atuação da segurança.
- Disponibilizar e fortalecer a assessoria jurídica para cumprimento da Lei de execução penal.
- Promover assistência às famílias da população carcerária.

## PÚBLICO ALVO

Agentes penitenciários, apenados, reeducandos e seus familiares.

## INDICADORES

- Taxa de relação Presos por Vaga no Sistema Penitenciário: 133% (SEJUS – 2010)
- Taxa de Reincidência de Egressos do Sistema Penitenciário: 5,6% (SEJUS – 2010)



## 09 - ENFRENTAMENTO ÀS DIVERSAS FORMAS DE VIOLÊNCIA, AO CRACK E OUTRAS DROGAS

### DIRETRIZ ASSOCIADA

I. Promover o desenvolvimento humano com inclusão social e qualidade de vida.

### CONTEXTUALIZAÇÃO

O modelo de desenvolvimento econômico implementado no Brasil tem possibilitado o crescimento diversificado das cidades e, ao mesmo tempo, acentuado condições sócio-econômicas desfavoráveis geradoras de violência e marginalização.

As causas da violência fundamentalmente são associadas às condições sócio-econômicas desfavoráveis. No entanto, a ineficiência de programas de políticas públicas de segurança também contribui para aumentar a sensação de injustiça e impunidade.

A violência se apresenta nas mais diversas configurações, tais como: violência contra a mulher, a criança, o idoso, violência sexual, política, violência psicológica, física, verbal, dentre outras. Portanto, a questão da violência no Brasil envolve os mais diversos setores da sociedade, não só a segurança pública e o judiciário, mas também melhoria dos sistemas educacional, saúde, habitacional, oportunidades de emprego, dentre outros fatores. Requer também políticas públicas voltadas para uma participação maior da sociedade nas discussões e soluções de problemas sociais que se agravam.

As drogas, principalmente o crack, se alastram de uma maneira assustadora no Estado do Piauí. O mal atinge, principalmente, a juventude piauiense, que está exposta ao fácil acesso para consumo de drogas e/ou tráfico. O mal é ainda maior quando levamos em consideração que o vício de drogas leva a outros grandes problemas, como a criminalidade, a prostituição, a desestruturação familiar, escolar e no trabalho, entre outros, como a ocorrência de problemas de saúde física e mental.

A política de segurança adotada, historicamente reativa, perdeu a capacidade de lidar com as demandas por segurança da sociedade, exigindo que o Estado adeque sua estrutura institucional, oferecendo serviços de segurança pública de qualidade para todos os cidadãos, que inclui a intensificação do policiamento ostensivo, otimizando os serviços de Inteligência e contra-inteligência, bem como, políticas preventivas visando à redução da criminalidade e da violência doméstica.

Dessa forma, o desafio que está imposto à segurança exige o estabelecimento de novas alternativas de policiamento que ensejem maior aproximação com a comunidade. O Projeto RONDA CIDADÃO tem como diferencial a aproximação entre polícia e comunidade, ampliando os



laços de cooperação, confiança e respeito. A idéia do Ronda Cidadão é mostrar o policial como um aliado, como alguém acessível à população e, para isso, cada Central tem um número fixo próprio, além das rondas diárias e das visitas comunitárias. A redução nos índices de ocorrências como furtos e perturbação do sossego alheio, através de denúncias oriundas dos próprios moradores, demonstra a receptividade da sociedade a essa nova forma de abordagem policial.

Vale ressaltar que o projeto RONDA CIDADÃO está presente nas zonas norte, leste e sudeste da capital, que juntas contabilizam 312 bairros e cerca de 500 mil pessoas atendidas. Para tal, trabalhando em um esquema de divisão por módulo, onde cada módulo representa uma área de atuação de 4 quilômetros, 15 policiais militares que se revezam diuturnamente na cobertura específica da região abrangida por seu quadrante, reduzindo o tempo de resposta à ocorrência para no máximo 5 minutos.

## OBJETIVOS

- Implementar políticas que promovam a prevenção e o enfrentamento da violência nas diversas áreas visando à redução dos índices de criminalidade.
- Promover políticas de enfrentamento ao crack e drogas afins.
- Assegurar a integração operacional nas áreas de atuação da segurança para a manutenção da ordem pública.
- Promover políticas de enfrentamento à violência doméstica.
- Promover ações socioeducativas voltadas para os segmentos mais vulnerabilizados.

## PÚBLICO ALVO

Segmentos populacionais vulnerabilizados: residentes na periferia das cidades, mulheres, quilombolas e vítimas de violência ou criminalidade e usuários de drogas em geral.

## INDICADORES

- Taxa de Homicídios no Estado: 12,4% (Mapa da violência – Ministério da Justiça/2008)



## **10 - GESTÃO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES**

### **DIRETRIZ ASSOCIADA**

I. Promover o desenvolvimento humano com inclusão social e qualidade de vida.

### **CONTEXTUALIZAÇÃO**

A ocupação desordenada das áreas e a falta de políticas setoriais de governo voltadas à segurança global da população, bem como a ausência de conhecimento sobre segurança individual ou coletiva, ampliam o risco de desastres e sinistros resultando em grande número de pessoas diretamente afetadas ou em situação de risco social.

A atuação do setor público, de forma preventiva, emergencial, assistencial e recuperativa é imprescindível para reduzir ao máximo os riscos de perdas materiais ou humanas, e encontrar maneiras de coordenar o restabelecimento do bem estar da coletividade.

De forma preventiva o Estado age de maneira a reduzir a ocorrência e a intensidade de desastres, por meio de identificação, mapeamento e monitoramento de riscos, ameaças e vulnerabilidades locais. Inclui-se ainda a capacitação da sociedade em atividades de defesa civil, incêndio e o esclarecimento referente a riscos de desastres.



## OBJETIVOS

- Proteger a população dos riscos de desastres.
- Promover medidas que minimizem os efeitos dos desastres.
- Promover a recuperação de áreas atingidas por desastres.
- Conscientizar e preparar a população sobre os riscos de desastres.
- Planejar e promover ações de prevenção de desastres naturais, antropogênicos e mistos.
- Realizar estudos voltados para a avaliação e redução de riscos de desastres.
- Atuar na iminência e em circunstâncias de desastres.
- Prevenir ou minimizar danos, socorrer e assistir populações afetadas, e restabelecer os cenários atingidos por desastres, estiagens, cheias ou incêndios.

## PÚBLICO ALVO

Sociedade

## INDICADORES

- População vulnerável à estiagem ou seca: 1.050.331 hab. (Fonte: SEDEC/PI – 2008/2009)
- População vulnerável a enchentes: 1.153.462 hab. (Fonte: SEDEC/PI – 2008/2009)
- Área vulnerável a enchentes: 86.229.944 km<sup>2</sup> (Fonte: SEDEC/PI – 2008/2009)



## 11 - SEGURANÇA NO TRÂNSITO

### DIRETRIZ ASSOCIADA

I. Promover o desenvolvimento humano com inclusão social e qualidade de vida.

### CONTEXTUALIZAÇÃO

Com o aumento do fluxo de veículos, especialmente nas áreas urbanas das grandes cidades, o número de vítimas fatais ou não devido a acidentes de trânsito vem crescendo consideravelmente no Estado. Em uma década, os acidentes de trânsito mataram 6.225 pessoas no Piauí, segundo dados do Mapa da Violência 2011, divulgados pelo Instituto Sangari, em parceria com o Ministério da Justiça.

Assim, faz-se necessária a implantação de políticas de prevenção à violência no trânsito, com a finalidade não apenas fiscalizar e punir, quando necessário, mas também de disciplinar os usuários.

Ponto fundamental nesta política é a humanização do trânsito, que necessariamente passa pela educação continuada e mudanças na cultura automobilística, com vistas à valorização da vida. Assim, o Estado desempenhará seu papel no que tange à educação e prevenção de acidentes de trânsito, através de campanhas educativas em massa, nas escolas, nos meios de comunicação e nas blitz educativas.

Para a redução do número de acidentes e de vítimas, uma alternativa estratégica será a implantação de Consórcios Intermunicipais de Trânsito, ação que viabilizará o acompanhamento sistemático dos problemas de tráfego urbano e rural de pequenas e médias cidades.



## OBJETIVOS

- Fortalecer políticas de prevenção à violência no trânsito.
- Implementar políticas que promovam a educação no trânsito.
- Promover a integração operacional nas vias de trânsito federal, estadual e municipal.
- Disponibilizar assessoria jurídica e apoio psicológico às vítimas de acidentes de trânsito.
- Ampliar a descentralização dos serviços de trânsito.

## PÚBLICO ALVO

Sociedade em geral

## INDICADORES

- Índice de vítimas fatais por 100.000 hab.: 18,75 (DETRAN/2009)
- Índice de vítimas fatais por 10.000 veículos: 11,17 (DETRAN/2009)
- Número de vítimas fatais: 590 (DETRAN/2009)



## 12 - EDUCAÇÃO, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO

### DIRETRIZ ASSOCIADA

I. Promover o desenvolvimento humano com inclusão social e qualidade de vida.

### CONTEXTUALIZAÇÃO

Apesar do avanço nos números de matrículas do Ensino Fundamental e Médio, o desempenho dos alunos na aprendizagem ainda é baixo e o número de adolescentes e Jovens que abandonam a escola permanecem como grande desafio a ser enfrentado, além do analfabetismo funcional envolvendo a população de 15 anos e mais de idade. Dessa forma, as ações do governo são direcionadas no sentido de universalizar o acesso a educação básica de qualidade através da gestão democrática, formação dos profissionais da educação, infraestrutura física adequada e práticas pedagógicas contextualizadas, objetivando melhorar a qualidade do ensino, a eficiência da gestão, e a capacidade de coordenar, monitorar e avaliar o sistema educacional com foco no desenvolvimento social sustentável.

O ensino de qualidade, especialmente na educação básica, fornece a sociedade frutos importantes, tais como a melhora das condições trabalho, possibilidade de diminuição da criminalidade, capacidade de assimilação de campanhas educativas nas mais diversas áreas e, no longo prazo, a melhoria da qualidade educacional pode ser vista como princípio essencial para a busca do desenvolvimento social e econômico de um Estado ou uma Nação.

As ações partem do diagnóstico educacional evidenciados em indicadores como: matrícula escolar (tabela 1), taxa de analfabetismo do Estado (23,4 %) e IDEB (tabela 2) entre outros. Os números mostram que no ensino fundamental houve avanço no IDEB, cujos indicadores foram além das metas projetadas pelo MEC. Entretanto, os resultados obtidos ainda colocam o Estado aquém de outras unidades da federação, fazendo-se necessária a adoção de medidas voltadas à ampliação do número de matrículas na rede estadual de ensino médio da população de 15 a 17 anos de idade, bem como medidas no sentido de reduzir a distorção idade-série, a evasão e reprovação escolares e promover a melhoria da qualidade do ensino público em todos os níveis, com prioridade no ensino médio.



Constitui-se, portanto, como desafio a ser enfrentado, no quadriênio 2012 a 2015, a ampliação do número de matrículas na rede estadual de ensino médio e profissionalizante. Esse quadro indica que grandes e importantes desafios terão de ser enfrentados para melhorar a qualidade do ensino e os resultados da educação no Estado. É ainda fundamental para a melhoria dos indicadores aferidos para a melhoria da qualidade do ensino que exista uma forte coordenação entre as políticas estaduais e municipais da educação para que o conjunto dessas ações possa ter um impacto no perfil educacional do Estado.

Tabela 1: Matrícula da Educação Básica por Dependência Administrativa, Piauí.

<b>Esfera</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
Federal	2476	2213	2137	4839	4691	5310	5728	6181	7586
<b>Estadual</b>	<b>396548</b>	<b>406551</b>	<b>384912</b>	<b>370648</b>	<b>370003</b>	<b>335931</b>	<b>341885</b>	<b>331114</b>	<b>322386</b>
Municipal	684849	686954	663820	665326	652069	617695	586130	604131	582834
Privado	120365	119036	114728	119739	123711	101134	100606	105725	103380
Total	1204238	1214754	1165597	1160552	1150474	1060070	1057150	1047151	1016186

Fonte: MEC/INEP-Educacenso



Tabela 2: IDEB GERAL- todas as redes de ensino, Piauí

Localização	FUNDAMENTAL						MÉDIO		
	1ª a 4ª			5ª a 8ª					
	2005	2007	2009	2005	2007	2009	2005	2007	2009
Brasil	3,8	4,2	4,6	3,5	3,8	4	3,4	3,5	3,6
Nordeste	2,9	3,5	3,8	2,9	3,1	3,4	3,3	3,1	3,3
Piauí	2,8	3,5	4	3,1	3,5	3,8	2,9	2,9	3

Fonte: MEC/INEP

A Universidade Estadual, por sua vez, em cumprimento ao seu papel social, no sentido de oferecer educação pública de qualidade, fundamentada na autonomia, na transparência e na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, requer o aperfeiçoamento do aparato de infraestrutura institucional e formação continuada dos seus profissionais para atender às demandas do ensino superior.

Ainda sobre o ensino superior destacam-se as ações referentes à Universidade Aberta (UAB) como forma de qualificar o maior contingente possível de cidadãos. Para esse fim, é necessária a implantação de infraestrutura adequada, qualificação dos profissionais, dentre outras ações.



## OBJETIVOS

1. Elevar o nível de alfabetização e escolarização de jovens e adultos que ainda não concluíram a educação básica na idade própria;
2. Elevar o Índice do IDEB (Desenvolvimento da Educação Básica) do Estado e do Exame Nacional de Desempenho do Ensino - ENADE
3. Expandir e aperfeiçoar a qualidade da educação profissional, inclusive com a utilização de mediação tecnológica;
4. Ampliar e estruturar o sistema de educação à distância;
5. Fortalecer a educação básica e o ensino superior, através da melhoria da gestão democrática e participativa, formação de profissionais e práticas pedagógicas;
6. Reduzir as taxas de repetência, evasão e abandono;
7. Reestruturar a rede física do ensino público estadual, melhorando as condições de infraestrutura, instalações, equipamentos e material didático;
8. Ampliar o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiências e favorecer o acesso à rede regular de ensino;
9. Fortalecer ações que contemplem a diversidade de gênero, étnico-racial, educação em direitos humanos e desenvolvimento sustentável;

## PÚBLICO ALVO

Sociedade em geral

## INDICADORES

- IDEB Geral 1ª a 4ª: 4 pontos (MEC-INEP/2009)
- IDEB Geral 5ª a 8ª: 3,8 pontos (MEC-INEP/2009)
- IDEB Geral ensino médio: 3 pontos (MEC-INEP/2009)
- Taxa de analfabetismo: 21,08% (IBGE-PNAD/2009)
- Taxa total de abandono do ensino médio – rede estadual: 24,7% (MEC-INEP- Educacenso/2008)
- Taxa total de reprovação do ensino médio – rede estadual: 8,9% (MEC-INEP-Educacenso/2008)



## 13 - ESPORTE E LAZER

### DIRETRIZ ASSOCIADA

I. Promover o desenvolvimento humano com inclusão social e qualidade de vida.

### CONTEXTUALIZAÇÃO

O Esporte e o Lazer são importantes elementos para a educação, desenvolvimento e inclusão social. Os esforços nessa área são necessários para reverter um quadro onde a maioria das crianças e adolescentes, tanto no interior como na capital, ainda não participam de atividades físicas. Portanto, a elevação da participação da população em atividades de esporte e lazer e o surgimento de atletas de ponta em atividades esportivas se enquadram como objetivos gerais pretendidos.

A formação continuada de professores, estudantes e agentes sociais, de acordo com uma metodologia de avaliação voltada às políticas públicas de esporte e de lazer, insere-se como importante ação nos anos subseqüentes. Além disso, identifica-se como fator imprescindível a aplicação de recursos voltados para o bom andamento das atividades nas comunidades, focadas tanto na melhoria de espaço físico, como na valorização de profissionais que sejam capazes de desenvolver em aulas e eventos, as múltiplas relações que envolvem o esporte e o lazer.

Destaca-se que o Governo do Piauí vem abraçando a bandeira do esporte, pois, além de investimentos em estrutura busca realizar projetos que coloquem o Piauí na rota do sonho olímpico. Um exemplo disso foi à inclusão do Piauí para treinamentos ainda no período que antecede os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro 2016.

A prática esportiva beneficia crianças, adolescentes, adultos, idosos e pessoas portadoras de necessidades especiais, sejam para conhecimento, lazer e fruição. Contribui para a valorização dos aspectos educacionais, lúdicos, qualidade de vida e redução da marginalização e da violência.



## OBJETIVOS

- Promover o desenvolvimento humano e a inclusão social por meio do esporte e do lazer;
- Democratizar e universalizar o acesso ao esporte e ao lazer, em todas as suas dimensões;
- Potencializar o desenvolvimento do esporte nas comunidades para crianças, adolescentes e jovens, contribuindo com a melhoria da qualidade de ensino;
- Ampliar e qualificar a infraestrutura de esporte e de lazer no Estado;
- Implantar e modernizar Centros de excelência para a prática do esporte de alto rendimento.
- Apoiar a formação, capacitação e aperfeiçoamento de Educadores Físicos públicos;
- Fortalecer as instituições Desportivas Piauienses;
- Estimular o desenvolvimento Desportivo em todo Estado, buscando a superação de desequilíbrios locais;
- Organizar programas específicos de atividade física em serviços de saúde;
- Promover programas comunitários e participar de ações globais voltadas para a atividade física.

## PÚBLICO ALVO

Atletas de alto rendimento, alunos da rede de ensino estadual, associações, federações, educadores físicos, sociedade em geral.

## INDICADORES

- Número de eventos esportivos realizados
- Número de centros esportivos instalados



## 14 - PRÓ CULTURA

### DIRETRIZ ASSOCIADA

I. Promover o desenvolvimento humano com inclusão social e qualidade de vida.

### CONTEXTUALIZAÇÃO

Temos uma das mais ricas e diversas culturas do mundo, fruto da construção coletiva de milhões de brasileiros, muitas vezes anônimos. Ao mesmo tempo em que nos traz alegria, tal riqueza cultural aumenta a responsabilidade da sociedade e de todas as esferas do poder público. Exige também do Estado um constante aprimoramento dos marcos legais que zelam e estimulam essa diversidade.

Para otimizar os investimentos públicos na área da cultura são necessários canais que viabilizem o diálogo duradouro entre indivíduos e coletividades criadoras, organizações, movimentos sociais e grupos culturais, empresas e empreendedores que atuam na área cultural, usuários e consumidores e os cidadãos em geral.

Os indicadores de acesso a bens e equipamentos culturais no Piauí refletem a necessidade de maiores investimentos. Apenas uma pequena parcela da população tem o hábito da leitura, poucos frequentam teatros, museus ou cinemas. Populações tradicionais como indígenas e grupos afro-brasileiros não estão plenamente incorporadas ao exercício de seus direitos culturais, uma vez que os meios para assegurar a promoção e o resguardo de culturas são insuficientes.

A melhoria e a difusão do acesso à cultura são objetivos do Programa Pró Cultura que se traduz por meio do estímulo à instalação de pontos de cultura, democratização das condições de produção, oferta de formação, expansão dos meios de difusão, ampliação das possibilidades de fruição, intensificação das capacidades de preservação do patrimônio histórico/cultural material e imaterial e estabelecimento da livre circulação de valores culturais, respeitando-se os direitos autorais e conexos, os direitos de acesso e levando-se em conta os meios e modelos de difusão e fruição cultural.



## OBJETIVOS

- Promover acesso e divulgação à população de projetos e eventos culturais, estimulando a participação popular e a descoberta de novos talentos;
- Ampliar o sinal da TV educativa, tendo como finalidade a divulgação artística, cultural, educativa e institucional.
- Implementar políticas de pesquisa, preservação, conservação e divulgação do patrimônio histórico cultural material e imaterial.
- Incentivar a economia criativa da cultura.
- Institucionalizar o projeto “Portador de Talentos” (ações voltadas para pessoas com deficiência).
- Promover o resgate e a preservação das culturas tradicionais.

## PÚBLICO ALVO

Sociedade em geral

## INDICADORES

- Número de eventos culturais
- Número de municípios com equipamentos culturais ou Centros Culturais Implantados



## 15 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

### DIRETRIZ ASSOCIADA

I. Promover o desenvolvimento humano com inclusão social e qualidade de vida.

### CONTEXTUALIZAÇÃO

O crescimento econômico e o ritmo acelerado das mudanças tecnológicas colocaram em pauta a importância do conhecimento em ciência e tecnologia para a geração de riqueza e promoção do bem estar social.

Para impulsionar o desenvolvimento científico e tecnológico do Estado do Piauí é necessário o fomento à formação e capacitação de recursos humanos, de pesquisa, de difusão de informação e tecnologias.

Além disso, o Estado precisa manter parcerias com agências fomentadoras de PD&I nacionais com o objetivo de financiar projetos de pesquisa e conceder bolsas de estudo. Essas parcerias propiciam o ambiente para ampliação da produção do conhecimento técnico-científico e o atendimento das demandas tecnológicas dos arranjos produtivos locais voltados para a melhoria do desenvolvimento econômico sustentável do Estado.

As pesquisas ajudam a elaborar políticas públicas que agregam valores de Ciência, Tecnologia e Inovação, relevantes para a sociedade, para o governo e para as próprias instituições produtora de pesquisas. Tais valores são ainda pouco conhecidos e precisam ser mais bem identificados, pesquisados e acompanhados.

Neste sentido, será necessário um maior investimento em pesquisa para identificar o potencial científico e tecnológico e as atividades e projetos que possibilitem o desenvolvimento do Estado, considerando que o Piauí apresenta déficit de pesquisas de novos produtos, inovações científicas e tecnológicas além de limitado acesso a programas de apoio a pesquisa através de bolsas de pós-graduação.



## OBJETIVOS

- Fomentar a produção e a difusão do conhecimento científico e tecnológico.
- Ampliar a oferta de programas de extensão universitária e assistência comunitária.
- Fortalecer os programas de pesquisa científica e de iniciação científica nas instituições públicas de ensino.
- Qualificar em programas de pós-graduação *stricto sensu* o quadro de pessoal do Estado, objetivando a formação de pesquisadores.
- Integrar os pesquisadores das instituições de ensino e pesquisa do Estado, focando os setores estratégicos de desenvolvimento do Piauí, com o objetivo de elaboração de projetos e captação de recursos junto aos órgãos do governo federal de fomento à Ciência, Tecnologia e Inovação.
- Integrar as ações dos órgãos de fomento às pesquisas do Estado com as ações das instituições executoras de pesquisas (Universidades, Institutos Tecnológicos e EMBRAPA).

## PÚBLICO ALVO

Pesquisadores, estudantes e docentes

## INDICADORES

- Número de concessão de bolsas de formação e pesquisa: 79 (FAPEPI/2010)
- Número de pesquisas realizadas: 47 (FAPEPI/2010)



## 16 - TURISMO E SUSTENTABILIDADE

### DIRETRIZ ASSOCIADA

II. Prover o Estado da infraestrutura necessária para o desenvolvimento territorial sustentável

### CONTEXTUALIZAÇÃO

O turismo no Piauí se apresenta como uma das principais possibilidades de incremento ao desenvolvimento econômico, tendo como diferencial a biodiversidade, o patrimônio arqueológico e cultural, os recursos naturais e, como principais desafios a implantação de infraestruturas compatíveis e a adoção de práticas sustentáveis.

Nesse contexto, devem ser consideradas três vertentes fundamentais: o crescimento econômico, a equidade social e o equilíbrio ecológico por meio do planejamento a longo prazo com o intuito de minimizar os impactos oriundos da prática da atividade turística na região, beneficiando os agentes sociais envolvidos no processo. Outro fator importante observado é a melhoria da infraestrutura básica focando a acessibilidade e sinalização turística.

Tendo em vista a potencialidade turística do Estado e conseqüente diversificação de produtos e serviços o Ministério do Turismo propôs o modelo que visa à gestão descentralizada, coordenada e integrada com base nos princípios da flexibilidade, articulação, mobilização e cooperação intersetorial e interinstitucional no Programa de Regionalização do Turismo-PRT que é desenvolvido atualmente em sete regiões turísticas. Pólos: Costa do Delta com 05 municípios; Aventura e Mistério com 29 municípios; das Águas com 18 municípios; Teresina com 20 municípios; Histórico-Cultural com 21 municípios; das Origens com 18 municípios e das Nascentes com 17 municípios. Em todos os polos os municípios foram contemplados considerando suas vocações e características em comum para o desenvolvimento da atividade na região.

A transformação da atividade turística em mecanismo indutor da inclusão social por meio da criação de novos postos de trabalho, ocupação e renda contribuirão para a promoção do desenvolvimento regional e melhoria na qualidade de vida de seus cidadãos.



## OBJETIVOS

- Fomentar a atividade turística sustentável e promover, melhorar e ampliar a infraestrutura de suporte;
- Promover iniciativas de sensibilização/educação dos gestores públicos e das comunidades receptoras visando à sustentabilidade;
- Aumentar a quantidade de roteiros consolidados no Estado do Piauí;
- Promover o Estado do Piauí no âmbito turístico, através da divulgação e projeção positiva da imagem dos seus principais destinos, visando um aumento do fluxo turístico para estes locais.
- Apoiar a realização de eventos turísticos e culturais que promovam os destinos piauienses;
- Promover a preservação do ambiente e a paisagística das áreas de destinação turística;
- Capacitar profissionais e empresários do trade turístico;
- Aproximar a atuação conjunta das gestões municipais e da iniciativa privada;
- Melhorar o posicionamento mercadológico, divulgando e promovendo os principais produtos turísticos piauienses.

## PÚBLICO ALVO

Empresários do setor turístico, comunidade e turistas.

## INDICADORES

- Fluxo de turistas na Capital: 98,9% (Fonte: CEPRO/2009)
- Fluxo de turista na região litorânea: 97,9%. (Fonte: CEPRO/2009)



## 17 - PIAUÍ SUSTENTÁVEL

### DIRETRIZ ASSOCIADA

II. Prover o Estado da infraestrutura necessária para o desenvolvimento territorial sustentável

### CONTEXTUALIZAÇÃO

Nas últimas décadas, a questão ambiental tem sido um dos mais importantes pontos de pauta das discussões políticas. Muitos desafios são impostos quando se procura direcionar ações visando à melhoria das condições de vida no mundo, especialmente quando estas ações se voltam para a mudança de atitude do homem em relação ao meio ambiente.

A solução dos problemas ambientais é urgente e depende da relação que se estabelece entre a sociedade e a natureza, de forma coletiva e individual. O entendimento de que as alterações foram produzidas pelo homem em determinado contexto histórico e a ele cabe supera-las, é fundamental para a efetividade das políticas planejadas.

O Estado do Piauí tem vivenciado um processo de desenvolvimento econômico, com aumento considerável do setor turístico, agroindustrial, construção civil entre outros, processo que tem gerado impactos ao meio ambiente, tais como o uso excessivo de recursos naturais como a água e a terra, aumento do acúmulo dos resíduos sólidos, destruição da fauna e da flora, elevado uso de agrotóxicos etc, podendo repercutir na qualidade de vida da população.

A ação do Governo do Piauí na temática ambiental tem o escopo de atenuar os impactos negativos ao ambiente natural através de políticas ambientais e de recursos hídricos capazes de responder a esses desafios.

Recentemente foi concluído o Plano Estadual de Recursos Hídricos. De forma geral o Piauí apresenta situação confortável quanto ao uso de suas águas. Com o crescimento econômico, entretanto, as demandas hídricas aumentarão, exigindo um maior esforço gerencial por parte do Governo e das instituições que compõem o Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos - SEGRH. São verificadas situações localizadas de escassez severa, em especial na Bacia do Canindé que abrange grande parte do semiárido piauiense. De forma a democratizar o acesso à água, o Governo vem incrementando a oferta hídrica a partir da construção de barragens estratégicas de grande porte e da implantação de pequenas barragens nos trechos perenizados para facilitar o acesso à água regularizada nos grandes reservatórios. Também vêm sendo implantadas grandes adutoras visando o abastecimento humano.



Extremamente rico em recursos subterrâneos, o Piauí precisa de estudos específicos que garantam a sustentabilidade hídrica de seus principais aquíferos. Acordo de Cooperação Técnica com a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM, em formatação final, permitirá o estabelecimento de uma rede de monitoramento para controle e apoio à gestão das águas subterrâneas. Quanto à qualidade das águas, o Piauí firmou recentemente um Acordo de Cooperação Técnica com a Agência Nacional de Águas – ANA para a implantação do Programa Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas – PNQA que, em um primeiro momento, irá priorizar os mananciais para abastecimento humano. A gestão participativa vem sendo estimulada com a criação de comissões gestoras de açudes e do Comitê de Bacia do Canindé/Piauí. Tais estruturas precisam ser fortalecidas com a capacitação de seus membros. A educação ambiental tem papel primordial em tal processo, inclusive para a fomentação da mobilização social para a criação de novos comitês.

No campo da educação ambiental, o Estado vem realizando concursos anuais de redação e desenho voltados para os estudantes da rede pública, ação que já integra o calendário escolar. Vem realizando também cursos visando à qualificação de gestores municipais de meio ambiente, fato extremamente importante para a descentralização das ações de licenciamento ambiental e de preservação do meio ambiente no Piauí. É estratégico, pois, que sejam ampliadas essas ações de modo a que o Plano Estadual de Educação Ambiental venha a ser uma realidade concreta nos próximos 04 anos.

Quanto à eficiência energética, além do incremento da produção de energia com a implantação proposta de cinco novas hidroelétricas no rio Parnaíba para o estímulo de novos estabelecimentos para agricultura irrigada e agropecuária, o governo tem incentivado outras ações visando a expansão e uso da energia limpa, como eólica e biomassa. A educação e monitoramento do uso adequado da energia elétrica no âmbito de cada instituição pública, através da Comissão Interna de Serviços Ambientais (CISA) é um bom exemplo para estimular o uso mais eficiente das fontes de energia. Contudo ainda há muito a avançar nesse campo. Há que se empreender esforços na direção de intercâmbios e incentivo à utilização de tecnologias limpas e ambientalmente responsáveis.

A atuação e a responsabilidade do governo estadual nas questões ambientais estão se expandindo. Até 2006, a Gestão Florestal era de responsabilidade do Governo Federal através do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Porém, com o advento da Lei Federal 11.284, de 02/03/2006, essa responsabilidade passou a ser dos Estados. Além de tornar mais rigorosa a Lei da Política Florestal, ampliando a Reserva Legal para 30%, o Governo tem favorecido a manutenção dos corredores ecológicos naturais, através da criação de Unidades de Conservação em áreas estratégicas para esse fim, como é o caso da Estação Ecológica Chapada da Serra Branca, situada entre os Parques Nacionais da Serra da Capivara e Confusões.



Também na ordem de prioridade estão as discussões sobre a emissão de gases de efeito estufa e seus efeitos sobre as mudanças do clima, temas em que o Estado do Piauí tem tido atuação cada vez maior na elaboração de documentos e propostas sobre mudança no clima e aquecimento global, na preparação de eventos para discussão de tais propostas e na aprovação de leis, decretos e instrumentos jurídicos necessários à intervenção do Estado nesse mister. Exemplo disto foi a constituição do Fórum Estadual de Mudanças Climáticas e Combate a Pobreza em 2007, através do Decreto 12.613 de 04/06/2007, que tem auxiliado o Governo na incorporação das questões sobre mudanças climáticas nas políticas públicas, como por exemplo as Contratações Públicas Sustentáveis, os inventários das emissões de CO<sup>2</sup> por órgãos públicos com a devida compensação ambiental e a instituição de Comissões Internas de Serviços Ambientais – CISA.

Faz-se necessário, no entanto, dar continuidade a esses esforços com a Elaboração do Mapa de Vulnerabilidade Climática do Piauí e Inventário Anual de Emissões de Gases de Efeito Estufa - GEE no Piauí e dos órgãos da administração pública estadual. Entende-se ainda como passo importante a implantação do Projeto Piloto de Pagamento por Serviços Ambientais - BOLSA VERDE, como instrumento estratégico de inclusão social associado com a preservação ambiental.

O governo vem incentivando também o estabelecimento de consórcios municipais que permitam erradicar os lixões, dando destino adequado aos resíduos sólidos urbanos em aterros sanitários. Como boa parte lixo produzido na grande maioria das cidades piauienses constitui-se de matéria orgânica, técnicas de reutilização como a compostagem devem ser aplicadas garantindo o aproveitamento econômico e uma maior vida útil aos aterros sanitários. Recomenda-se a implantação de usinas de reciclagem, a princípio, nas cidades com população superior a 40 mil habitantes, ou seja, Teresina, Parnaíba, Picos, Floriano e Piripiri.

Para uma melhor avaliação das áreas mais frágeis que devem ser protegidas, o Estado tem realizado Zoneamentos Ecológicos Econômicos, devendo estar concluído até 2012 o ZEE dos Cerrados, com detalhamento na escala 1:100.000 dos dez municípios com maior pressão para expansão das áreas agrícolas, em especial para a produção de commodities.

Por fim, para o sucesso das ações planejadas, é de fundamental importância o fortalecimento institucional do órgão responsável pela política de meio ambiente, a fim de que o desenvolvimento do Estado do Piauí se faça pela via do cumprimento da legislação ambiental vigente, como estratégia de garantir às presentes e futuras gerações, o acesso aos recursos ambientais, de forma sustentada, equitativa e equilibrada.



## OBJETIVOS

- Promover o uso sustentável dos recursos naturais
- Aperfeiçoar os mecanismos de promoção da gestão florestal e da gestão dos recursos hídricos
- Promover a execução de obras hídricas na perspectiva territorial, garantindo o abastecimento humano
- Planejar a ocupação do território de forma ordenada e sustentável
- Implementar o sistema estadual de proteção ambiental e de recursos hídricos para a qualidade ambiental do Estado
- Promover a redução da degradação dos recursos naturais, bem como a recuperação das áreas degradadas e matas ciliares
- Intensificar pesquisas sobre fontes de energia renováveis e promover o intercâmbio e incentivo à utilização de tecnologias limpas e ambientalmente responsáveis
- Reduzir os impactos decorrentes das Mudanças Climáticas de modo a permitir uma adaptação natural dos ecossistemas estaduais à mudança do clima
- Promover a gestão integrada do Meio Ambiente e o Monitoramento Climático
- Promover o fortalecimento Institucional da Proteção Ambiental e a Gestão Ambiental na Administração Pública
- Promover a Educação Ambiental como instrumento de construção de cidadania
- Promover a Revitalização da bacia do Rio Parnaíba

## PÚBLICO ALVO

Sociedade em geral



## INDICADORES

- Número de estudo de zoneamento econômico-ecológico: 03 (SEMAR/MDA – 2010)
- Capacidade de armazenamento de água superficial: 9.377.745.427 m<sup>3</sup> (SEMAR/DRH – 2010)
- Percentual de Bacias Hidrográficas com comitê gestor: 8,33% (SEMAR/SDH – 2010)
- Proporção de áreas protegidas em relação à área total (Unidades de Conservação): 11% (IBGE/SEMAR – 2010)
- Unidades de conservação existentes: 30 (IBAMA/SEMAR – 2010)



## 18 - HABITAR MELHOR

### DIRETRIZ ASSOCIADA

II. Prover o Estado da infraestrutura necessária para o desenvolvimento territorial sustentável

### COTEXTUALIZAÇÃO

Mais de 5,5 milhões de moradias precisam ser construídas em todo o País para acabar com o déficit habitacional, segundo dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (Pnad) 2008, utilizados pelo Ministério das Cidades. A Região Sudeste, a mais populosa do Brasil, concentra 36,9% do total do déficit habitacional do País, ou 2,05 milhões de moradias, seguida pela Região Nordeste que apresenta déficit de 1,96 milhões de domicílios, ou 35,1% do total.

O Estado do Piauí, segundo este mesmo estudo, apresenta uma carência de 124 mil habitações, concentrada entre a população urbana de menor renda e com até três salários mínimos, o que justifica ações voltadas para esse segmento.

Os investimentos públicos em moradias têm como carros-chefes o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Minha Casa, Minha Vida. No Piauí, foram contratadas, ao todo, 12.587 casas pelo Programa Minha Casa, Minha Vida, dentro da faixa de renda que vai de zero a três salários mínimos. Somente em 2010, segundo dados da Caixa Econômica Federal, foram aplicados no Estado, R\$ 526 milhões no segmento habitacional.

O primeiro semestre de 2011 registrou uma marca de 4.317 novas casas para piauienses, representando teto para mais de 20 mil pessoas em várias cidades piauienses. Destaca-se nessa soma o residencial Jacinta Andrade, em Teresina, que concluiu a primeira etapa com duas mil moradias. É o maior empreendimento habitacional do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), com 4.300 unidades ao todo, além de infraestrutura básica e aparelhos urbanos, como mercado público, escola e posto de saúde.

O Governo dispõe de um programa que antevê atendimento às famílias de até três salários mínimos e está concentrando ações tanto para os componentes “habitação precária” e “coabitação familiar”, quanto para a falta de infraestrutura adequada e unidades sanitárias que



será reforçado com a edição de Medida Provisória do Governo Federal que autorizou a expansão do Programa Minha Casa, Minha Vida para os municípios com menos de 50 mil habitantes.

## OBJETIVOS

- Garantir à população de média e baixa renda o acesso à moradia de qualidade, através de construção e/ou melhoria habitacional e regularização jurídico-fundiária;
- Promover e apoiar as intervenções urbanas articuladas por territórios, especialmente programas habitacionais, com os de infraestrutura urbana e saneamento ambiental, de mobilidade e de transporte, integrando programas e ações das diferentes políticas, visando o acesso à moradia adequada e o direito à cidade.
- Adotar as orientações estratégicas para a implementação do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social – PEHIS
- Melhorar a qualidade da produção habitacional.
- Urbanizar e regularizar assentamentos precários.
- Apoiar e incentivar a participação popular, para garantir o controle social da política habitacional.

## PÚBLICO ALVO

População de baixa e média renda e beneficiários já existentes.

## INDICADORES

- Déficit habitacional: 215.720 (IBGE-PNAD/2008)



## 19 - SANEAMENTO, DIREITO DE TODOS

### DIRETRIZ ASSOCIADA

II. Prover o Estado da infraestrutura necessária para o desenvolvimento territorial sustentável

### CONTEXTUALIZAÇÃO

A situação do saneamento ambiental no Brasil é complexa e exige políticas de gestão eficazes a curto, médio e longo prazos.

Pela amplitude e importância na melhoria da qualidade de vida e da necessidade de universalização dos serviços do Setor, deve ser tratado como uma questão de Estado antes que uma política de Governo.

Apesar dos avanços da política de saneamento, nos últimos anos os indicadores de desenvolvimento humano ainda são preocupantes e a universalização dos serviços de abastecimento de água, coleta de esgoto e tratamento de resíduos sólidos é essencial para melhoria desses índices no país.

A falta de coleta e de tratamento de esgotos e a consequente contaminação da água por coliformes fecais, é uma das principais causas de mortalidade infantil por diarreia e doenças parasitárias que proliferam em regiões sem saneamento básico.

O investimento em saneamento ambiental básico é determinante para o estabelecimento de um novo perfil de saúde pública e de qualidade de vida da população. O avanço do Setor tem impacto positivo na economia do país, na redução dos seus custos e, em contrapartida, a ampliação da infraestrutura básica decorrente, atrairá novos negócios, indústrias e outros empreendimentos que ampliarão a geração de emprego e renda.

Em meio a esse quadro de dificuldades e de complexidade, no entanto, o cenário brasileiro vislumbra positivamente para o saneamento, notadamente com a promulgação da Lei Nacional de Saneamento Básico nº 11.445 de 05 de Janeiro de 2007, culminando com a instituição do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC que responde por vultosos investimentos (já consolidado, em sua segunda etapa) com impacto na melhoria de qualidade de vida, na saúde, na habitação, na educação, no trabalho e no meio ambiente.



Por outro lado, o PAC ao tempo em que aloca volumosos recursos, reforça a necessidade de planejamento para aperfeiçoar os mecanismos de ações articuladas do Governo Federal com os Estados e Municípios e os demais agentes que atuam no Saneamento Ambiental Básico, na busca incessante da universalização.

Nesse contexto, os avanços em saneamento básico no Estado são crescentes, entretanto, há muito ainda a ser feito. Grande parte dos indicadores são preocupantes e necessitam ser urgentemente melhorados, notadamente os relativos a coleta e tratamento de esgotos sanitários.

## OBJETIVOS

- Elaborar e implementar um Plano de Saneamento Ambiental Estadual;
- Promover e desenvolver o saneamento ambiental básico sustentável, assegurando condições adequadas de saúde pública e melhoria da qualidade de vida;
- Elevar os índices de atendimento de abastecimento d'água e de coleta e tratamento de esgotos sanitários, com foco na excelência em serviços à população;
- Promover a expansão de sistemas de drenagem em áreas urbanas.

## PÚBLICO ALVO

População de todas as regiões do Estado

## INDICADORES

- Índice de atendimento de água no Estado: 92,43% (Fonte: AGESPISA/IBGE – 2010)
- Índice de atendimento de esgotamento sanitário no Estado: 7,25% (Fonte: AGESPISA/IBGE)



## 20 - DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DOS TRANSPORTES

### DIRETRIZ ASSOCIADA

II. Prover o Estado da infraestrutura necessária para o desenvolvimento territorial sustentável

### CONTEXTUALIZAÇÃO

Para o desenvolvimento político-econômico-social de um Estado faz-se necessário um olhar mais próximo no que diz respeito à melhoria da infraestrutura de transportes. Isso porque a precariedade nesse sentido acarreta uma oneração insustentável, não só dificultando o transporte de passageiros, mas também o escoamento da produção, provocando um descompasso nas suas interfaces e nos deslocamentos dos estoques intermediários e finais.

Embora o Governo tenha priorizado os transportes como um vetor importante ao desenvolvimento e que as rodovias piauienses tenham apresentado uma sensível melhoria nos últimos anos, o Estado ainda carece de investimentos que possam fortalecer o sistema rodoviário e integrá-lo aos demais modais, ora em estudos de reestruturação.

Na estrutura de transporte aeroviário, dispõe-se de aeroportos de maior porte na Capital, em Parnaíba e em São Raimundo Nonato. Outros aeródromos de pequeno porte estão espalhados em pontos geográficos estratégicos, e tem sido objeto de reformas e melhorias que garantam maior segurança de vôo. Essas reformas ainda são pontuais, dada a escassez de programas e recursos voltados para o setor de aviação civil.

O Transporte ferroviário no Estado ainda é incipiente, panorama que também começa a mudar com a construção da ferrovia Transnordestina que vai interligar o Estado do Piauí aos portos de Pecém (CE) e Suape (PE). A ferrovia transnordestina vai cortar 450 quilômetros de solo piauiense a partir da divisa com Pernambuco. Está em andamento, ainda, o processo de reativação do trecho ferroviário que liga Teresina a Luís Correia, no litoral piauiense. Trata-se de uma ação estratégica para o Estado, pois irá estimular o desenvolvimento do turismo no litoral piauiense, bem como das exportações, aspecto que será favorecido ainda com a conclusão do porto de Luís Correia

A malha ferroviária de passageiros, em operação, no Estado ainda é reduzida. Isso resulta na oneração da tarifa de coletivos, no congestionamento de vias e rodovias, na ausência da integração das modalidades de transportes e ainda no tempo de viagem. Diante desse



cenário, torna-se necessário a recuperação, conservação e ampliação das linhas férreas na região metropolitana de Teresina e no Estado como estratégia de desenvolvimento com significativos benefícios para os usuários, o meio ambiente e a redução de acidentes.

Dentre as modalidades de transporte, seguindo a tendência nacional, é a rodoviária a mais representativa no Estado. Atualmente, dispõem de melhores condições de tráfego, permitindo facilidade e rapidez no deslocamento de pessoas e produtos na maioria dos territórios do Estado. A implantação da rodovia Transcerrado, com 290 quilômetros de extensão, é uma dessas ações que sinaliza a preocupação do Governo em fortalecer uma infraestrutura capaz de dar suporte ao desenvolvimento econômico e social a uma região que tem demonstrado a sua pujança nas últimas décadas, e assim, ao Estado como um todo. É importante destacar o projeto do Rodoanel de Teresina interligando a BR 343 à BR 316, criando um canal de escoamento do tráfego pesado que hoje passa pela zona urbana da capital.

O alcance do crescimento econômico do Estado passa – necessariamente – pela recuperação e ampliação da infraestrutura existente. Investimentos no setor de transportes são essenciais para a dinamização de vários outros setores importantes da economia.

## OBJETIVOS

- Promover a recuperação e expansão da malha rodoviária estadual, por meio da conservação, da implantação e da pavimentação de rodovias tendo em vista facilitar o transporte de passageiros e o escoamento da produção.
- Promover a integração das várias formas de transporte no Estado, associadas ao transporte rodoviário, mediante integração das malhas federal, interestadual e intermunicipal e, a operacionalização total da malha rodoviária no entorno do futuro terminal multimodal da Ferrovia Transnordestina, objetivando a redução de custos dos deslocamentos de cargas e usuários.
- Promover a expansão e recuperação da malha ferroviária aumentando alternativas para deslocamento de usuários e cargas.
- Melhorar a infraestrutura aeroportuária e hidroviária do Estado garantindo o desenvolvimento territorial.



## PÚBLICO ALVO

População do Estado

## INDICADORES

- Malha rodoviária em condições de trafegabilidade. Extensão: 62.619,14 km (ano: 2010 – fonte: DER-PI)
- Índice de rodovias pavimentadas. Índice: 10,90% (ano: 2010 – fonte: DER-PI)
- Crescimento da malha rodoviária pavimentada. Índice: 159,74% (ano 2002/2010 – fonte: DER-PI)
- Ampliação da malha ferroviária: 1,60 km (ano: 2010 – fonte: CMTP)



## 21 - INFRAESTRUTURA E QUALIDADE DE VIDA

### DIRETRIZ ASSOCIADA

II. Prover o Estado da infraestrutura necessária para o desenvolvimento territorial sustentável

### CONTEXTUALIZAÇÃO

A melhoria da qualidade de vida da população piauiense é a grande meta de atuação do governo, sendo necessário para tanto, entre outros aspectos, o fortalecimento da infraestrutura básica dos territórios de desenvolvimento nos mais diversos segmentos.

Constituem foco dessa política as seguintes carências, dentre outras: regiões desprovidas de água para o consumo humano provocando um descompasso não só no nível econômico, bem como nas condições de sobrevivência; insuficiência da rede de energia elétrica na zona rural afetando as atividades produtivas; e ainda uma demanda elevada por obras de pequeno porte nos municípios, incluindo estradas vicinais, passagens molhadas, pontes e infraestrutura urbana envolvendo praças, pavimentação de vias, terminais rodoviários, matadouros, quadras esportivas, campos de futebol, recuperação de prédios públicos.

Apesar dessa problemática, nos últimos anos, com o apoio da União, o Governo do Estado retomou os investimentos na ampliação e recuperação da infraestrutura básica cumprindo um planejamento estratégico com a execução de ações de curto, médio e longo prazo utilizando recursos de várias fontes de financiamentos que continuam em vigor na atual administração.

Nesse contexto, o programa Infraestrutura e Qualidade de Vida com características estratégicas e multissetoriais permitirá a locação das ações estruturantes nos diversos órgãos estaduais que, em parcerias diretas e indiretas com as prefeituras municipais abrirá caminhos para rapidez no atendimento das demandas solicitadas pela população dos mais distantes lugares.

Considerando a infraestrutura como vetor essencial ao bem-estar da população, o Governo Estadual persiste em avançar num conjunto de investimentos para transformar as dificuldades em melhorias capazes de proporcionar mudanças para a qualidade de vida das pessoas moradoras em áreas urbanas e no meio rural.



## OBJETIVOS

- Fomentar o desenvolvimento econômico sustentável possibilitando melhor qualidade de vida à população com o aproveitamento das potencialidades locais.
- Reduzir os custos e carências para uma evolução consistente no que diz respeito à melhoria das populações por meio da obras necessárias de pequeno e grande porte;
- Dotar os municípios de infraestrutura básica para o desenvolvimento socioeconômico.
- Potencializar a infraestrutura hídrica no Estado.

## PÚBLICO ALVO

Sociedade em geral

## INDICADORES

- Capacidade de armazenamento de água superficial: 1.6 bilhão de metros cúbicos (Ano: 2010 – SEMAR)
- Volume de água acumulada nos reservatórios: 1.1 bilhão de metros cúbicos (Ano: 2010 – SEMAR)



## 22 - DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

### DIRETRIZ ASSOCIADA

II. Prover o Estado da infraestrutura necessária para o desenvolvimento territorial sustentável

### CONTEXTUALIZAÇÃO

A Agricultura Familiar no Estado do Piauí, nas décadas de 30 a 60, era formada por pequenos produtores, em sua maioria agricultores sem terra (meeiros, parceiros, arrendatários) que produziam feijão, arroz, milho, mandioca e criação de pequenos animais, basicamente para a sua subsistência. O grau de organização existente era mínimo, não havia nesses pequenos produtores acesso aos insumos e à tecnologia difundida pela Assistência Técnica – ATER oficial que elevariam a produtividade de suas culturas e criações. A comercialização de seus excedentes ocorria através dos intermediários locais.

Nos dias de hoje a Agricultura Familiar apresenta como características o avanço na organização dos agricultores familiares com reflexos positivos no acesso às políticas públicas de ATER do crédito rural, da comercialização, sobretudo os preços de mercado, e de tecnologias de baixo custo, visando o aumento da produtividade. Houve também avanço no trabalho da extensão rural nas ações de educar, orientar e acompanhar os agricultores familiares desde o processo de produção até à comercialização de seus produtos, tendo como exemplo a implantação e o acompanhamento permanente de feiras de produtos oriundos da agricultura familiar. Outros programas também voltados para os agricultores familiares avançaram como o PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - nas suas diversas modalidades, Crédito Fundiário, Compra Antecipada da Produção, Aquisição da Produção da Agricultura Familiar para Merenda Escolar, Conservação dos Recursos Naturais entre outros.

A Agricultura Familiar é considerada um dos principais agentes propulsores do desenvolvimento comercial e dos serviços nas pequenas e médias cidades do interior do Estado do Piauí. Quando ampliada, viabilizada e fortalecida, a Agricultura Familiar tem capacidade de aquecer a economia dessas cidades. Sendo assim, desenvolver a Agricultura Familiar, fortalecendo as condições para que o agricultor familiar aumente sua produção, é política de governo para alavancar a renda e melhorar a qualidade de vida no meio rural.

A Assistência Técnica e Extensão Rural vêm contribuindo para o desenvolvimento sustentável centrado na expansão e no fortalecimento da Agricultura Familiar. Trata-se de processos educativos que asseguram a qualidade da produção, aumento da produtividade e organização e



comercialização da produção, resultando na melhoria das condições de vida no meio rural. A expectativa é que para o próximo quadriênio sejam mantidas as políticas públicas existentes atualmente e que surjam novas políticas conforme as necessidades.

## OBJETIVOS

- Ampliar o universo de Agricultores Familiares contemplados com Assistência Técnica e Extensão Rural de qualidade, incentivando o uso de tecnologias sustentáveis de baixo custo, para o aumento da produtividade e produção agropecuária familiar, contribuindo para a elevação da renda e melhoria da qualidade de vida.

## PÚBLICO ALVO

Agricultores familiares, comunidades quilombolas e assentados da reforma agrária.

## INDICADORES

- Número de famílias beneficiadas com financiamento do PRONAF: 10.623 (EMATER/2010)
- Número de agricultores familiares assistidos: 100.000 (EMATER/2010)
- Número de assentamentos assistidos: 59 (EMATER/2010)
- Número de agricultores familiares assentados assistidos: 1.699 (EMATER/2010)
- Percentual de municípios com assistência técnica: 100% (EMATER/2010)



## 23 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E VIABILIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS

### DIRETRIZ ASSOCIADA

II. Prover o Estado da infraestrutura necessária para o desenvolvimento territorial sustentável

### CONTEXTUALIZAÇÃO

A questão da concentração de terra acompanha o processo histórico de colonização do Brasil, fator esse que reforça a necessidade de execução de uma ampla reforma agrária como um meio eficiente de combater a pobreza e melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores rurais.

Conforme o Estatuto da Terra, criado em 1964 e reafirmado pela Constituição Federal de 1988, o Estado tem obrigação de garantir o direito ao acesso a terra para quem nela vive e trabalha. A instituição do Estatuto colocou a urgência da reforma agrária e redistribuição de terras ociosas, como necessárias para promoção da justiça social, e instrumento capaz de acabar com as distorções na estrutura fundiária.

A reforma agrária se executada, permite integrar segmentos excluídos: a distribuição de terras quando realizada de maneira planejada pode afetar positivamente o desenvolvimento econômico e a produção agrícola, ofertando bases para o fortalecimento da agricultura familiar, com geração de renda e emprego a baixo custo.

Destaca-se que tanto as ações de regularização fundiária como de reforma agrária têm reflexos sociais, gerando melhoria da qualidade de vida no ambiente rural, propiciando a fixação do homem no campo com conseqüente redução de processos migratórios no sentido campocidade, além de reflexos econômicos diretos/indiretos, evidenciados seja pelo aumento do número de pessoas ocupadas, número de empregos, aumento da oferta de alimentos e oferta de matérias primas para o mercado interno. Nesse sentido, destaca-se ainda que, a seguridade jurídica ofertada por meio das ações de regularização, oferece maior estabilidade aos pequenos produtores diante de instituições financeiras facilitando seu acesso ao crédito rural além de viabilizar o acesso destes a políticas públicas que visam prover as áreas regularizadas de infraestrutura. Outro fator que merece destaque é a redução dos 'grilos', propiciado pela regularização fundiária, cujas ações permitem que sejam saneados vícios no sistema de registro de imóveis.

Os projetos de assentamento de reforma agrária são formações sociais que possuem potencial produtivo e devem apresentar uma estrutura organizacional apta a garantir a permanência dos beneficiados na terra, com segurança jurídica, econômica e alimentar das famílias



beneficiadas. Os órgãos de terra, gestores da política fundiária, devem planejar os assentamentos de forma que possam prover os projetos de uma estrutura organizacional que permita que estes, após criação, possam cumprir com os objetivos primeiros da sua instituição.

O Estado do Piauí, por intermédio do seu órgão de terras, o Instituto de Terras do Piauí (INTERPI), de 1983 até o presente criou 196 projetos de assentamentos regularizando 9.802 famílias de trabalhadores rurais. Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006, no Piauí, 13.573 produtores rurais tiveram acesso a terra através de programas de reforma agrária.

O Censo Agropecuário do IBGE, 2006, ao avaliar a condição do produtor em relação a terra aponta que no Piauí existe um contingente de 25.146 produtores sem área e 11.340 assentados sem titulação definitiva, quando avaliada a condição legal das terras, o número de estabelecimentos agropecuários contabilizados que não apresentam titulação definitiva caiu para 10.336. Estes dados reportam a necessidade de ações de regularização fundiária e viabilização de assentamentos rurais.

Cabe lembrar que no atual contexto em que o agronegócio ganha destaque no cenário econômico, as ações de regularização fundiária estão sendo direcionadas a outro segmento, que não o da agricultura familiar, trata-se do médio e grande produtor. As ações dentro desta linha estão pautadas não mais em questões sociais e no princípio da equidade como proposto pela reforma agrária e distribuição de terras e sim em princípios econômicos, uma vez que há uma necessidade pungente de inserir os produtores de grãos na cadeia produtiva, porém, em condições de legalidade frente à ocupação das terras.

No que tange a viabilização dos assentamentos rurais, destaca-se que a *criação* não implica a *viabilização* dos projetos, estes, necessitam em sua grande maioria passar por processos de reestruturação que aperfeiçoem os recursos humanos, potencialidades particulares de cada projeto e contemplem desde aspectos físicos e de distribuição espacial, até o atendimento de condicionantes legais e ambientais permitindo assim o desenvolvimento de atividades produtivas.

### OBJETIVOS

- Viabilizar o acesso à terra com segurança jurídica;
- Promover reestruturação dos assentamentos já criados inserindo-os no contexto do desenvolvimento sócio-econômico e sustentável;
- Promover a regularização fundiária de assentamentos e comunidades quilombolas.



## **PÚBLICO ALVO**

Agricultores familiares, trabalhadores rurais sem terra, posseiros, assentados, quilombolas e produtores em escala.

## **INDICADORES**

- Índice de Cadastramento de Imóveis Rurais no Estado do Piauí
- Índice de Regularização Fundiária
- Número de Imóveis Rurais Regularizados



## 24 - DEFESA AGROPECUÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO

### DIRETRIZ ASSOCIADA

II. Prover o Estado da infraestrutura necessária para o desenvolvimento territorial sustentável

### CONTEXTUALIZAÇÃO

A relação do homem com o campo vem por muito tempo associada à subsistência e repassada às gerações futuras como a forma de compensação por perdas no passado, possivelmente provocadas pela ação das intempéries. É papel do Estado reparar perdas relacionadas a insucessos de políticas agropecuárias estatais, porém esse reparo sem a criação de diretrizes oriundas de um planejamento estratégico e ao mesmo tempo sustentável levará sempre a uma trajetória cíclica, não se podendo mensurá-las nos aspectos qualitativos e quantitativos.

As ações de defesa sanitária animal e vegetal, a inspeção de produtos de origem animal e a classificação destes de origem vegetal, fazem parte da estratégia do governo para garantir o incremento da produção, bem como uma adequada e forte comercialização dos produtos agropecuários do Estado, dentro e fora do país, de forma a minimizar as perdas econômicas devido às restrições impostas aos mesmos pelas Barreiras Sanitárias.

Por esta razão, há a necessidade de um trabalho de conscientização e de educação sanitária dos agropecuaristas, agroindustriais e da sociedade em geral, visando promover a saúde dos rebanhos e a sanidade dos vegetais, a fim de proporcionar segurança no consumo e na comercialização dos animais, vegetais, seus produtos e subprodutos, com o objetivo de evitar o ingresso de doenças e pragas no Estado, bem como controlar e ou erradicar as doenças e pragas existentes.

A segurança alimentar através da inspeção higiênico-sanitária, dos produtos de origem animal em estabelecimentos industriais registrados no serviço de inspeção estadual é de fundamental importância para os consumidores nos dias atuais.

Os pilares do setor agropecuário são fortalecidos pelo fomento, pesquisa, extensão, defesa agropecuária e sustentabilidade ambiental, sendo que as missões dos órgãos executores se congruem quanto ao crescimento sustentável e o fortalecimento do agronegócio. Este foco de atuação encontra-se nas responsabilidades compartilhadas fomentando a integração entre instituições públicas, cadeias produtivas, comunidade acadêmico-científica e sociedade.



## OBJETIVOS

- Manter e promover a saúde animal e vegetal de forma a garantir a sanidade e a inocuidade dos produtos agropecuários;
- Promover maiores condições de competitividade e o livre acesso aos mercados nacional e internacional;
- Intensificar o serviço de fiscalização e controle do uso de agrotóxicos;
- Conscientizar a comunidade sobre o uso correto de agrotóxicos;
- Aumentar a segurança quanto à entrada de animais e vegetais, seus produtos e subprodutos através da fiscalização;
- Intensificar o serviço de classificação de produtos de origem vegetal;
- Manter e estabelecer áreas livres de doenças e outras culturas;
- Aumentar a produtividade dos produtos de origem animal e vegetal.

## PÚBLICO ALVO

Agropecuaristas, agroindustriais e a sociedade em geral.

## INDICADORES

- Taxa de cobertura vacinal contra febre aftosa: 95,72% (ADAPI/2011)
- Percentual de recolhimento de embalagens vazias de agrotóxico: 66,46% (INPEV/2010)
- Número de barreiras sanitárias instaladas: 18 (ADAPI/2010)
- Número de unidades de saúde animal e vegetal instalados: 35 (ADAPI/2010)
- Taxa de fiscalizações em estabelecimentos: 90% (ADAPI/2010)
- Quantidade de produtos de origem vegetal classificados: 24.000 toneladas (ADAPI/2010)



## 25 - PIAUÍ EMPREENDEDOR

### DIRETRIZ ASSOCIADA

II. Prover o Estado da infraestrutura necessária para o desenvolvimento territorial sustentável

### CONTEXTUALIZAÇÃO

O Governo do Piauí tem atuado em diferentes áreas, buscando a criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento econômico. Um dos mecanismos utilizados é a ampliação da concessão de benefícios fiscais estaduais às empresas que estejam em fase de implantação e de modernização, visando sempre à geração de mais empregos diretos e indiretos.

A Administração Estadual tem como um dos seus objetivos ampliar o apoio ao desenvolvimento empresarial impulsionando o empreendedorismo com ações voltadas ao aperfeiçoamento do produtor e/ou empresariado local nas mais diversas etapas de produção e comercialização dos seus produtos. Segundo dados atuais, cinco mil empresas foram instaladas nos municípios piauienses só nos seis primeiros meses do ano de 2011, este número representa praticamente todo número de empresas instaladas no ano de 2009.

São indústrias de vários setores espalhadas por diferentes regiões. Transformação, têxteis, bebidas, cimento, açúcar, álcool, beneficiamento de soja e de extração vegetal. Para a mineração, estudos geológicos apontam para a existência de ocorrências minerais com grande potencial econômico: mármore, amianto, ardósia, talco, vermiculita, ferro e gemas (opala e diamante) e o gás natural no Norte do Estado.

Podemos destacar como incentivo do Governo do Estado ao empreendedorismo à futura instalação da Suzano Papel e Celulose no Piauí, um investimento em torno de R\$ 4 bilhões com a geração de mais de 10 mil empregos indiretos nas fazendas de eucalipto, em 38 municípios, além de mais de dois mil postos diretos de trabalho. O Governo também está atuando para oferecer infraestrutura de qualidade para o escoamento e chegada dos produtos. A rodovia Transcerrados, uma parceria público-privado, está completamente transitável; as obras da Ferrovia Transnordestina avançam com a realização das desapropriações.

Outro destaque é a expansão do Arranjo Produtivo Local da Opala, onde se buscou a melhoria da qualidade do produto e do processo de comercialização desta gema, racionalizando o sistema de produção de forma integrada com a aquisição de novos equipamentos nos municípios produtores da Opala.



O Piauí também quebrará todos seus recordes de produção agrícola. A previsão é de que o Estado produza só no ano de 2011 em torno de 1,1 milhões de toneladas de grãos a mais do que o registrado na safra do ano passado. O número é resultado da união de uma série de fatores, como ampliação da área plantada nos Cerrados, clima favorável, facilitação do crédito e o incentivo à agricultura familiar. Com a nova safra, o Piauí se consolida como terceiro maior produtor de grãos do Nordeste, com 15% de participação, atrás apenas dos estados da Bahia e Pernambuco. A soja cultivada nos Cerrados piauienses aparece mais uma vez como o carro-chefe do setor agrícola.

Para que o setor produtivo cresça de maneira sustentável é necessário que a área pública crie um ambiente propício ao espírito empreendedor. O aumento da competitividade do Estado é diretamente afetado pela eficiência e produtividade do setor público, que necessita superar desafios tais como: ampliar as oportunidades de geração de emprego e renda, promover o crescimento econômico e a inclusão produtiva, além de definir políticas públicas para geração de incentivos a empresas, apoiar a difusão de condutores da elevação da produtividade e da competitividade e dotar o Estado de infraestrutura adequada a sua capacidade de desenvolvimento, com vistas à atração de novos empreendimentos.

### OBJETIVOS

- Apoiar a instalação de empreendimentos através de incentivos diversos;
- Consolidar o processo de apoio às empresas, especialmente as micro, pequenas e (Micro Empreendedor Individual - MEI);
- Consolidar o processo de desenvolvimento do agronegócio;
- Fortalecer as cadeias e arranjos produtivos locais - APL's;
- Incentivar a produção e comercialização com foco no mercado externo;
- Planejar, coordenar e executar atividades de fiscalização metrológicas e certificação de produtos;
- Realizar eventos que promovam a divulgação, comercialização e disseminem informações de interesse empresarial;
- Promover iniciativas empreendedoras diversas nas zonas urbanas e rurais considerando os recortes de gênero e etnia para a inclusão de populações em situação de extrema pobreza



## PÚBLICO ALVO

Grandes, médios e pequenos produtores e comunidades tradicionais

## INDICADORES

- Percentual da atividade agropecuária no PIB estadual: 10,90% (IBGE – CEPRO / 2008)
- Índice da produção física de grãos no Estado: 21,51% (CONAB/2010)
- Participação das exportações no PIB estadual: 4,07% relativo (CEPRO/2007)
- Aferições realizadas no Estado: 32.923 (IMEPI/2010)
- Micro e pequenas empresas implantadas: 17.327 (MTE – CEPRO / 2006)



## 26 - TRABALHO E RENDA

### DIRETRIZ ASSOCIADA

II. Prover o Estado da infraestrutura necessária para o desenvolvimento territorial sustentável

### CONTEXTUALIZAÇÃO

As políticas voltadas para a geração de trabalho e renda são grandes motivadoras da ação pública. A atuação do Estado do Piauí é orientada para ampliar as possibilidades de inserção e permanência das pessoas no mercado de trabalho formal ou para que sigam o caminho do empreendedorismo. Assim sendo, tem-se um maior dinamismo econômico com incremento da renda tanto pela ação individual, como pela atividade de grupos.

As dimensões continentais que caracterizam o Estado Brasileiro implicam na existência de enormes distâncias entre as suas entidades federadas, em todos os seus planos da realidade, tais como: educação, saúde, segurança, economia, formação e perfil social. A diferenciação dessas realidades gera incessantes desafios setoriais, ou seja, há uma grande diversidade de realidades a exigirem a presença das ações do Governo Federal, o qual necessita acompanhar os processos já implementados de forma a considerar os seus efeitos, a fim de permitir a correção de eventuais problemas, e também poder incrementar seus programas como se fossem organismos, em crescimento, passíveis de mudanças e redirecionamentos para a obtenção de melhores resultados.

A principal meta em termos de desafio-setorial é a de estimular a implantação de investimentos que se integrem à economia local, ampliando os efeitos positivos na agregação de valor e no aumento da empregabilidade. Outros desafios podem ainda estar direcionados ao incentivo do agronegócio e agricultura familiar ou ainda a ações promotoras de investimentos em áreas cujas potencialidades se encontrem em processo de consolidação.

Os desafios do Estado nessa área ganham magnitude pelo fato da mão-de-obra local ser preponderantemente absorvida pela administração pública em detrimento dos setores produtivos. Além disso, verifica-se o crescente número de pessoas vinculadas ao setor informal, indisponibilidade de mão de obra qualificada e diversificada que atenda as demandas do mercado.



## OBJETIVOS

- Consolidar o processo de apoio, convênios e parcerias com as empresas públicas e privadas para ampliação das oportunidades de emprego;
- Potencializar o aumento da renda, inserção e a reinserção das pessoas no mercado de trabalho formal através do acesso à capacitação, qualificação e requalificação de pessoas desempregadas, empregadas e sob risco de desemprego para o mercado de trabalho atual;
- Ampliar a disponibilidade dos serviços de intermediação de mão-de-obra aos trabalhadores, através do fortalecimento do Sistema Público de Emprego;
- Disseminar informações sobre empregos e estágios;
- Fomentar a cultura empreendedora como uma alternativa viável de carreira através do acesso à informação, ao crédito e à consultoria de negócios;
- Estimular a formalização do Empreendedor Individual;
- Fortalecer o associativismo e o cooperativismo como fortes atores do setor produtivo.

## PÚBLICO ALVO

Pessoas desempregadas, sob risco de desemprego e autônomos.

## INDICADORES

- Percentual de trabalhadores informais: 74,4% (IBGE/2000)
- Percentual de aumento de trabalhadores formais inseridos no mercado: 7,32% (MTE / 2009-2010)
- Número de Jovens Qualificados no Estado: 5.483 (SETRE/1º semestre de 2011)



## **PROGRAMAS DE GESTÃO**

### **80 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO**

#### **DIRETRIZ ASSOCIADA**

III. Adotar uma gestão orientada para resultados, com foco na melhoria dos serviços aos cidadãos.

#### **OBJETIVOS**

- Garantir suporte material e técnico ao adequado desenvolvimento das atividades de fiscalização e legislação das matérias de competência do Estado.

#### **PÚBLICO ALVO**

População em geral e servidores do legislativo



## **81 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO**

### **DIRETRIZ ASSOCIADA**

III. Adotar uma gestão orientada para resultados, com foco na melhoria dos serviços aos cidadãos.

### **OBJETIVOS**

- Prover melhores condições estruturais e funcionais para atingir maior número de processos julgados, com a garantia da qualidade e eficiência dos serviços.
- Ampliar o acesso dos cidadãos mais carentes à justiça.

### **PÚBLICO ALVO**

População em geral



## **82 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

### **DIRETRIZ ASSOCIADA**

III. Adotar uma gestão orientada para resultados, com foco na melhoria dos serviços aos cidadãos.

### **OBJETIVO**

- Manter e melhorar a estrutura operacional do Ministério Público voltada à sua missão constitucional.

### **PÚBLICO ALVO**

População em geral



## 83 - DEFESA DA SOCIEDADE

### DIRETRIZ ASSOCIADA

III. Adotar uma gestão orientada para resultados, com foco na melhoria dos serviços aos cidadãos.

### CONTEXTUALIZAÇÃO

Tradicionalmente, o Ministério Público funcionava como titular da ação penal pública. Em matéria cível, atuava na condição de parte, nos casos previstos em lei, quando propunha ações por legitimação ordinária e por substituição processual, e como fiscal da lei, quando a intervenção ocorria em razão da natureza da lide e da qualidade da parte. Forçoso reconhecer que nessa fase (anterior à Constituição de 1988) possuía, em matéria cível, uma atuação prioritariamente parecerista.

O Ministério Público passou a ser reconhecido pela sociedade através do exercício das funções a ele outorgadas pelo legislador constituinte de 1988, quando obteve um extraordinário crescimento no seu âmbito de atuação, abrangendo áreas da maior relevância social, onde passou a atuar, entre outros, na defesa do consumidor, na defesa dos direitos constitucionais dos cidadãos, na defesa dos direitos das crianças e adolescentes, na defesa do meio ambiente, da pessoa com deficiência e do idoso, e no controle da Administração Pública.

O Ministério Público, então, que antes esgotava sua atuação na área puramente processual passou a ter a responsabilidade pela solução de problemas sociais e pela defesa direta e imediata dos interesses confiados à sua tutela, atuando inclusive de maneira preventiva. Caracteriza-se assim um Ministério Público contemporâneo e resolutivo, verdadeiro defensor da sociedade. Desta forma, deve o Ministério Público contar com os meios necessários à eficaz atuação de seus Membros nas diversas áreas sociais tuteladas pelo *Parquet*.



## OBJETIVOS

- Reprimir atos de improbidade administrativa, fazendo com que os recursos públicos sejam aplicados de maneira correta, eficiente, atingindo sua real finalidade;
- Acompanhar o processo de degradação do meio ambiente no território piauiense, monitorando situações de queimadas, recursos hídricos, processo de desertificação, pautando-se no desenvolvimento sustentável, para evitar a degradação irreversível dos biomas do Estado;
- Garantir a aplicação e fiscalização dos recursos destinados à saúde pública, para que sejam respeitados os direitos dos usuários, contidos na Carta de Direitos dos Usuários do SUS
- Aumentar a eficiência do acompanhamento e defesa dos direitos das minorias sociais (criança e adolescente, mulher, pessoa com deficiência, idosos, consumidores vulneráveis) no Estado do Piauí;
- Estruturar os órgãos com atribuição de combate ao crime e às organizações criminosas (GAECO, CAOCRIM, Promotorias de Justiça) com estrutura física, tecnológica e de recursos humanos necessárias ao real monitoramento e combate às empresas do crime;
- Fortalecer as relações institucionais entre os poderes e vários entes da federação, fomentando a implementação de ações de desenvolvimento regional e local;
- Promover ações para fiscalização dos recursos públicos destinados à saúde pública garantindo a adequação das unidades de saúde às normas sanitárias;
- Acompanhar a execução orçamentária e financeira dos recursos destinados à execução de políticas públicas, de modo a observar a eficiência, eficácia e efetividade dos recursos aplicados e o benefício que tais recursos trazem para a população.
- Responsabilizar gestores que não prestarem contas ou que tiveram contas reprovadas pelo TCE/PI;
- Acompanhar o cumprimento de decisões com imputação de débito, provenientes do TCE/PI;
- Promover ações judiciais e extrajudiciais para garantir a municipalização do trânsito e da defesa do consumidor nos maiores municípios do Piauí;
- Realizar grandes campanhas educativas, em todo o território do Estado, abordando temas caros ao cidadão: trânsito, criança e adolescente, inclusão social, defesa do consumidor e etc.



## PÚBLICO ALVO

Sociedade piauiense

## INDICADORES

- Número de denúncias oferecidas, com ações cautelares para bloqueio de bens, por prática de crimes de corrupção e demais crimes contra a administração pública;
- Quantidades de TAC's (Termo de Ajustamento de Conduta) firmados ao ano.



## **84 - FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA EXTERNA**

### **DIRETRIZ ASSOCIADA**

III. Adotar uma gestão orientada para resultados, com foco na melhoria dos serviços aos cidadãos.

### **CONTEXTUALIZAÇÃO**

O TCE/PI estabeleceu como meta a excelência na prestação de serviços públicos. Portanto, a modernização é considerada como elemento indispensável a esse processo, independentemente dos sistemas utilizados, seja no âmbito interno ou externo, cujo resultado será a necessidade de dar uma resposta célere às demandas da sociedade com a implantação do Tribunal On-Line. Nessa visão, a qualidade dos serviços públicos, prestados, o Órgão prevê a gestão por competência, mediante treinamento, além da capacitação dos servidores, aliada as ações relacionadas à saúde, qualidade de vida e cidadania.

Outra iniciativa prevista se refere em conservar o histórico do TCE/PI com a criação do Museu a fim de contribuir, direta e indiretamente, para a formação do cidadão piauiense, no exercício de sua cidadania.

### **OBJETIVOS**

- Modernizar a atuação do TCE/PI com a implementação do Tribunal On-Line;
- Avaliar o grau de prontidão do servidor e qualidade dos serviços prestados à sociedade;
- Manter a evolução histórica do Tribunal por meio da implantação do Museu
- Contribuir com o trabalho de pesquisa referente às interfaces da Casa de Contas.

### **PÚBLICO ALVO**

Sociedade piauiense



## 85 - MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DO JUDICIÁRIO

### DIRETRIZ ASSOCIADA

III. Adotar uma gestão orientada para resultados, com foco na melhoria dos serviços aos cidadãos.

### CONTEXTUALIZAÇÃO

Um dos maiores desafios dos operadores do Direito sempre foi e será o de tornar efetivo o princípio do acesso à Justiça. É que, se hoje se reconhece a proeminência da atuação do Poder Judiciário visando à defesa dos direitos dos cidadãos, há que se adotarem mecanismos que viabilizem a concreta fruição da jurisdição por parte dos mesmos cidadãos.

Extrai-se do artigo 5º, inciso XXXV, da CF/88 o princípio do acesso à Justiça, na medida em que estabelece que não se excluirá da apreciação do Poder Judiciário a lesão ou a ameaça a direito. Corolários deste mandamento são os que, igualmente em nível constitucional, determinam que o Estado prestará assistência jurídica integral – e portanto judicial – aos necessitados (artigo 5º, inciso LXXIV), e que a todos será garantida a razoável duração do processo, bem como a celeridade de sua tramitação (artigo 5º, inciso LXXVIII).

O que pretende o pacto constitucional, portanto, é que não haja empecilhos desnecessários à fruição da jurisdição. A Justiça deve estar disponível e ser rápida, sob pena de se tornar injusta a sua dicção.

Visando sempre atender a demanda social no que cabe ao Poder Judiciário Estadual, especialmente pela prestação jurisdicional constitucionalmente atribuída ao órgão, garantindo a todo cidadão o acesso à justiça e ao julgamento do direito, com atendimento em ambiente moderno e confortável, zelando pela autoridade e uniformidade interpretativa das normas infraconstitucionais.

Promover, de forma integrada, a qualificação de pessoal em todos os níveis de graduação e serviços de modo a obter melhores índices de produtividade. A implementação da adequada tecnologia para melhor controle de tramitação dos feitos judiciais, extrajudiciais, administrativos dando maior celeridade, eficiência, segurança na prestação judicial e controle da arrecadação.



## OBJETIVOS

- Criar, estruturar núcleos de atendimento especializado de justiça relacionada à violência doméstica contra a mulher, de justiça relacionada à infância e juventude, de justiça relacionada a litígios de família.
- Aumentar a capacidade de implementar políticas públicas, através do atendimento multidisciplinar em núcleos de justiça especializada e adotar política de municipalização da justiça.
- Melhorar a qualidade dos serviços públicos judiciários com a utilização de modernas tecnologias de informação.
- Melhorar as instalações públicas de Fóruns e Juizados, com a reestruturação do espaço físico e aquisição de mobiliário e equipamentos na Capital e Interior.
- Promover o acesso à justiça e a cidadania dos jurisdicionados, através de atendimento multidisciplinar.
- Fortalecer as relações institucionais entre os vários entes da federação, fomentando a implementação de ações de desenvolvimento regional e local.
- Possibilitar a construção de novas unidades administrativas para adequação a estrutura do Poder Judiciário.
- Criar a escola judiciária com moderna instalação física, como implantação de política de modernização do poder judiciário.
- Garantir a capacitação funcional, dos servidores e magistrados, como política de modernização administrativa do Poder Judiciário.
- Possibilitar a parceria com demais entidades governamentais e privadas, com objetivo de atender o cumprimento de metas de capacitação.
- Promover o processo eletrônico judicial em todas as comarcas.
- Promover o processo administrativo na justiça de 1º e 2º graus objetivando maior celeridade dos processos administrativos.
- Ampliar o link de internet do TJ-PI.

## PÚBLICO ALVO

Sociedade, magistrados, servidores e jurisdicionados

## INDICADORES

- Número de atendimentos realizados ao ano
- Número de Fóruns e Juizados



## **90 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER EXECUTIVO**

### **DIRETRIZ ASSOCIADA**

III. Adotar uma gestão orientada para resultados, com foco na melhoria dos serviços aos cidadãos.

### **OBJETIVO**

- Prover os órgãos do Governo do Estado dos meios administrativos necessários para implementação e gestão das ações responsáveis pela geração de bens e serviços à sociedade.

### **PÚBLICO ALVO**

Órgãos estaduais da administração direta e indireta



## 91 - ENCARGOS DE NATUREZA ESPECIAL

### DIRETRIZ ASSOCIADA

III. Adotar uma gestão orientada para resultados, com foco na melhoria dos serviços aos cidadãos.

### OBJETIVOS

- Alocar recursos orçamentários destinados ao pagamento de despesas decorrentes do pagamento do serviço da dívida pública estadual interna e externa, precatórios, ações trabalhistas, ações indenizatórias de pequeno valor, e de outros encargos de responsabilidade dos órgãos da administração direta e indireta do Estado;
- Propiciar aos funcionários e servidores públicos civis e militares do Estado participação na receita dos órgãos e entidades integrantes da administração pública direta e indireta(PASEP).



## 92 - PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR

### DIRETRIZ ASSOCIADA

III. Adotar uma gestão orientada para resultados, com foco na melhoria dos serviços aos cidadãos.

### OBJETIVO

- Assistir ao servidor e seus dependentes através da concessão de benefícios previdenciários.

### PÚBLICO ALVO

Servidores públicos estaduais da administração direta e indireta



## 93 - SAÚDE DO SERVIDOR

### DIRETRIZ ASSOCIADA

III. Adotar uma gestão orientada para resultados, com foco na melhoria dos serviços aos cidadãos.

### OBJETIVOS

- Proporcionar aos usuários assistência à saúde de qualidade;
- Ampliar a rede de atendimento, vislumbrando um maior número de prestadores de serviços credenciados.

### PÚBLICO ALVO

Servidores públicos estaduais da administração direta e indireta.



## 99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

### DIRETRIZ ASSOCIADA

III. Adotar uma gestão orientada para resultados, com foco na melhoria dos serviços aos cidadãos.

### OBJETIVO

- Resguardar dotação orçamentária não especificamente destinada a determinado programa, órgão, unidade orçamentária ou categoria econômica.



## PPA EM NÚMEROS

Valores R\$ 1,00

Cód.	Programa	Valor
1	GESTÃO MODERNA ORIENTADA PARA RESULTADOS	304.707.791
2	PIAUÍ ESTADO DIGITAL	40.664.492
3	SAÚDE DE QUALIDADE PARA TODOS	1.458.764.451
4	ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	165.152.185
5	MAIS VIVER	162.886.056
6	INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS	11.915.000
7	DIREITOS HUMANOS, DIREITO DE TODOS	28.194.047
8	JUSTIÇA E CIDADANIA NO SISTEMA PRISIONAL	23.137.322
9	ENFRENTAMENTO ÀS DIVERSAS FORMAS DE VIOLÊNCIA, AO CRACK E OUTRAS DROGAS	129.087.000
10	GESTÃO DE RISCO E RESPOSTA A DESASTRES	152.200.000
11	SEGURANÇA NO TRÂNSITO	10.000.000
12	EDUCAÇÃO, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO	4.473.200.477



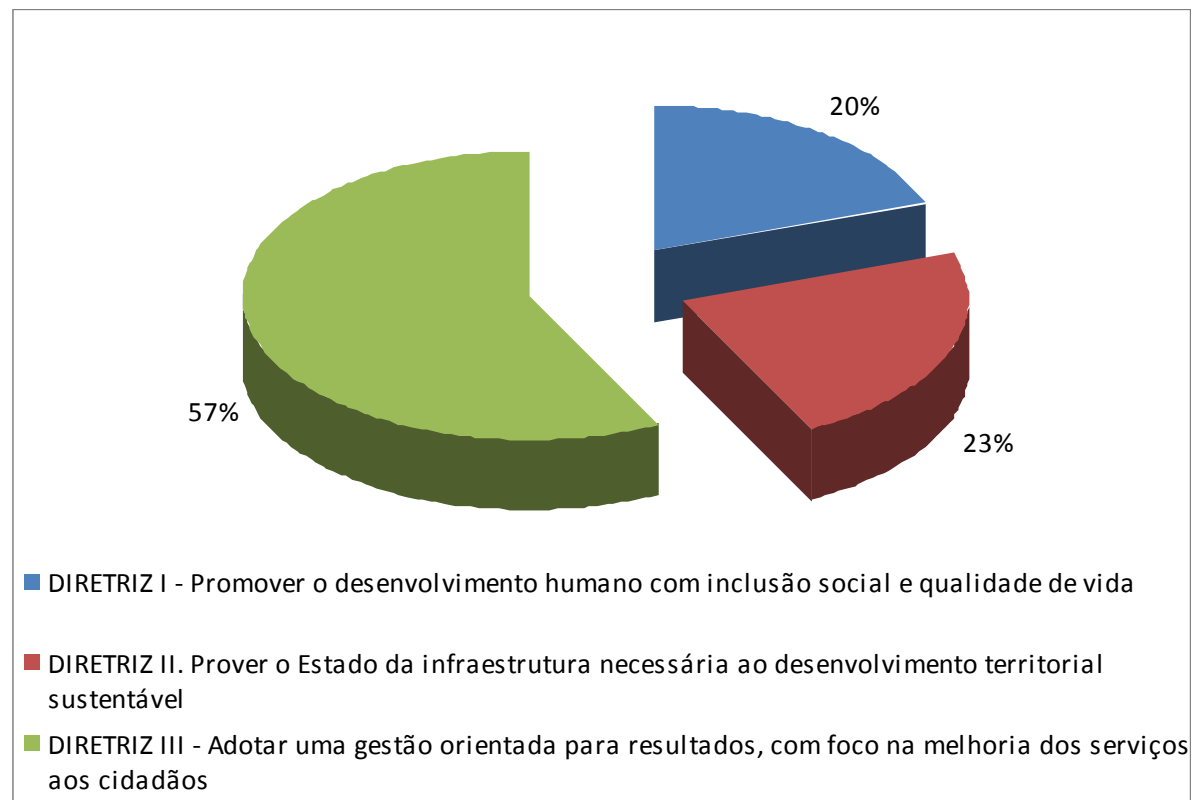
13	ESPORTE E LAZER	80.783.892
14	PRÓ CULTURA	67.793.940
15	CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	41.301.973
16	TURISMO E SUSTENTABILIDADE	307.860.000
17	PIAUÍ SUSTENTÁVEL	226.704.461
18	HABITAR MELHOR	1.803.709.419
19	SANEAMENTO, DIREITO DE TODOS	482.469.528
20	DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DOS TRANSPORTES	3.500.072.024
21	INFRAESTRUTURA E QUALIDADE DE VIDA	1.089.455.856
22	DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR	170.451.812
23	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E VIABILIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS	65.916.000
24	DEFESA AGROPECUÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO	45.260.400
25	PIAUÍ EMPREENDEDOR	93.246.510
26	TRABALHO E RENDA	203.000.000
80	GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO	899.400.000
81	GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO	1.503.658.000



82	GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	501.842.997
83	DEFESA DA SOCIEDADE	108.522.340
84	FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA EXTERNA	2.970.000
85	MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DO JUDICIÁRIO	223.062.600
90	GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER EXECUTIVO	8.455.659.869
91	ENCARGOS DE NATUREZA ESPECIAL	4.488.973.985
92	PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	3.200.000.000
93	SAÚDE DO SERVIDOR	300.000.000
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000.000
<b>TOTAL</b>		<b>34.872.024.427,00</b>

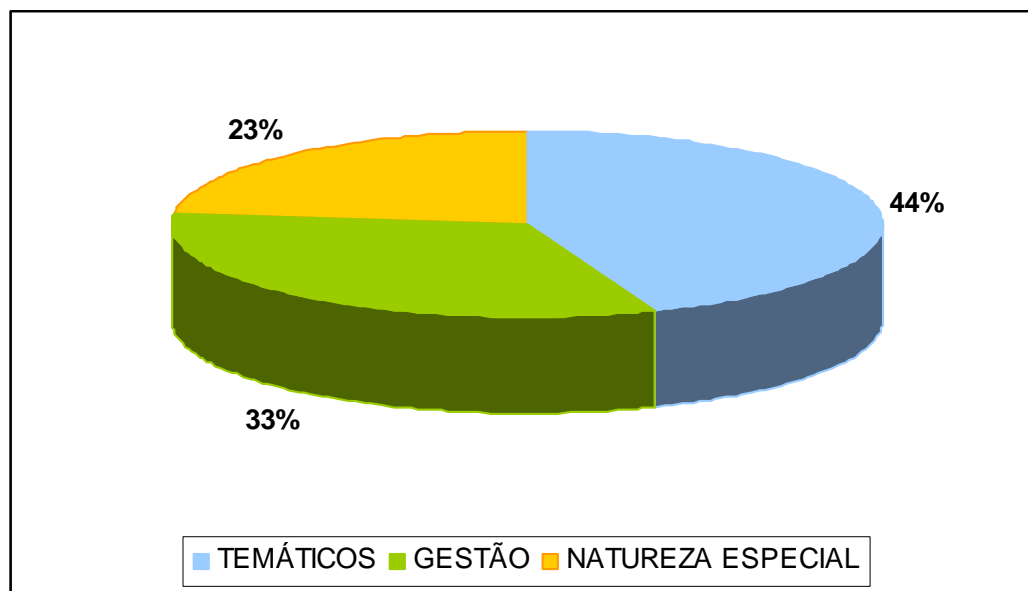


Percentual de Distribuição de Recursos Financeiros por Diretriz de Governo



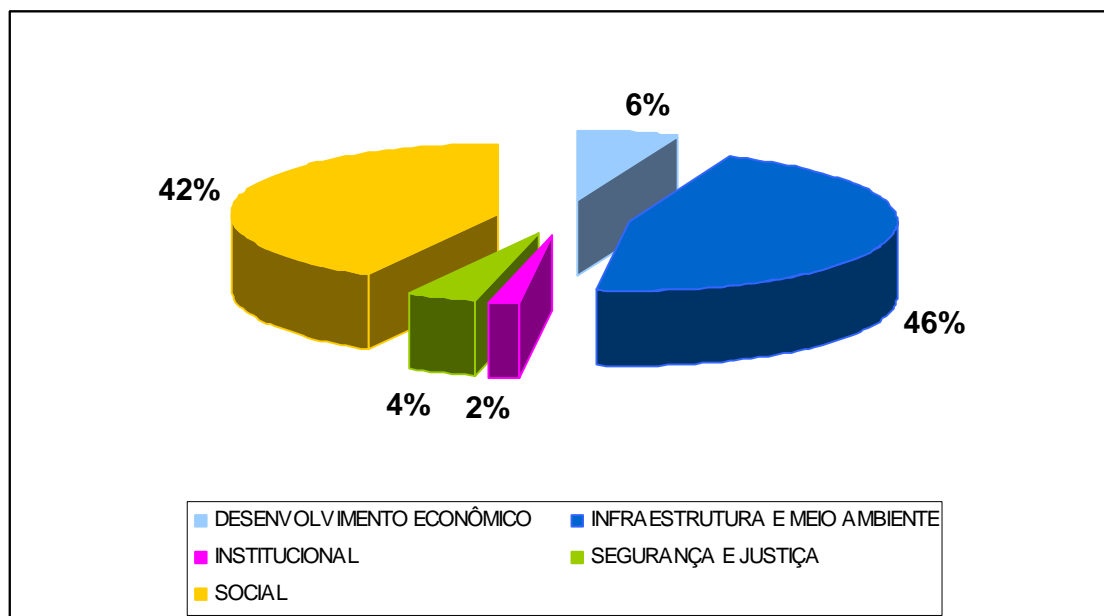


Distribuição dos Programas Segundo a Finalidade





Percentual de Distribuição de Recursos Financeiros nos Programas Temáticos



# EQUIPE DE GOVERNO

## **GOVERNADOR DO ESTADO**

Wilson Nunes Martins

## **VICE-GOVERNADOR**

Antônio José Moraes Souza Filho

## **ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

### **SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO**

Wilson Nunes Brandão

### **SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO**

Sérgio Gonçalves de Miranda

### **SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO**

Paulo Ivan da Silva Santos

### **SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

Antônio Silvano Alencar de Almeida

### **SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**

Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins

### **SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA**

Francisco Guedes Alcoforado Filho

### **SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E CULTURA**

Átila de Freitas Lira

### **SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA**

José Dias de Castro Neto

### **SECRETARIA DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS**

João Henrique Ferreira Alencar Pires Rebelo

### **SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**

Raimundo Nonato Leite Barbosa

### **SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES**

Merlong Solano Nogueira

### **SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TECNOLÓGICO**

Warton Francisco Neiva de Moura Santos

### **SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO RURAL**

Rubem Nunes Martins

### **SECRETARIA DE ESTADO PARA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

Helder Sousa Jacobina

### **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS**

Dalton Melo Macambira



**SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO**

Larissa Mendes Martins Maia

**SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES**

Antônio Avelino Rocha de Neiva

**SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO**

Sílvio Roberto Costa Leite

**SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA CIVIL**

Luiz Ubiraci de Carvalho

**COMANDO GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PIAUÍ**

Coronel Rubens da Silva Pereira

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ**

Kildere Ronne de Carvalho Souza

**CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO**

Antonio Luís Medeiros de Almeida Filho

**COORDENAÇÃO DA JUVENTUDE**

Plínio Augusto da Silva Dumont Vieira

**COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

Fenelon Martins da Rocha Neto

**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO PIAUÍ**

Coronel Manuel Bezerra dos Santos

**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO**

Norma Brandão Levenère Machado Dantas

**GABINETE MILITAR**

Tenente-Coronel Sérgio Moura Lopes

**OUVIDORIA GERAL DO ESTADO**

João Madson Nogueira

**SUPERINTENDÊNCIA DE REPRESENTAÇÃO DO ESTADO EM BRASÍLIA**

Benedito de Carvalho Sá

**ADMINISTRAÇÃO INDIRETA**

**INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO PIAUÍ**

Flávio Rodrigues Nogueira

**INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PIAUÍ**

Romualdo Militão dos Santos

**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO PIAUÍ**

Elizeu Aguiar de Moraes

**INSTITUTO DE METROLOGIA DO ESTADO DO PIAUÍ**

José Messias Andrade Júnior

**INSTITUTO DE TERRAS DO PIAUÍ**

Judas Tadeu de Andrade Maia

**FUNDAÇÃO CULTURAL DO PIAUÍ**

Marenildes Lima da Silva



**FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DO PIAUÍ**

Bárbara Olímpio Ramos de Melo

**FUNDAÇÃO DOS ESPORTES DO PIAUÍ**

Marcos Aurélio Sampaio

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ**

Carlos Alberto Pereira da Silva

**FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ**

Raimundo Cardoso de Brito Filho

**AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PIAUÍ**

José Antonio Filho

**AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO PIAUÍ**

Gilberto Gomes Medeiros

**AGÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO PIAUÍ**

Thiago Siqueira Gomes

**DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGENS DO PIAUÍ**

Severo Maria Eulálio Filho

**DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO PIAUÍ**

José Antônio Vasconcelos

**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PIAUÍ**

Cláudio Tínoco Tajra

**COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO PIAUÍ**

Gustavo Henrique Mendonça Xavier de Oliveira

**COMPANHIA METROPOLITANA DE TRANSPORTES PÚBLICOS**

Marcos Tavares Silva

**ÁGUAS E ESGOTOS DO PIAUÍ S/A**

Raimundo Neto e Silva Nogueira Lima

**EMPRESA DE GESTÃO DE RECURSOS DO ESTADO DO PIAUÍ**

Gilberto Antônio Neves Pereira da Silva

**FUNDAÇÃO RÁDIO E TELEVISÃO EDUCATIVA DO PIAUÍ**

Núbia Maria Ramos Pereira de Sousa

# SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

SECRETÁRIO

**Sérgio Gonçalves de Miranda**

SUPERINTENDENTE DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

**Edilene Maria Moura Facundes**

SUPERINTENDENTE DE PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO

**Kleisan Robson Ribeiro de Negreiros**

DIRETORA DA UNIDADE DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

**Márcia Fernanda de Moraes Santos**

EQUIPE DE TÉCNICA

**Agacy Furtado de Mendonça**

**Amália Rodrigues de Almeida**

**Antônio Hiltefran Dantas Ferro**

**Célia Moura Araújo**

**Claudiene Sousa Oliveira**

**Edilene Maria Moura Facundes**

**Ésio Fernandes da Costa Sousa**

**Fábio Marcelo de Moraes Batista**

**João Quaresma Ferreira**

**Joseane de Carvalho Leão**

**Kleisan Robson Ribeiro de Negreiros**

**Márcia Fernanda de Moraes Santos**

**Maria Cleoneide de Sousa Braga**

**Maria do Socorro Nascimento**

**Maria Ozeni Batista de Moura**

**Patrícia Amália Castro Araújo**

**Patrícia Galúcio Coqueiro Galvão**

**Samara Rúbia Barbosa Leal Rocha**

**Sérgio Gonçalves de Miranda**

**Sônia Maria Soares Fernandes**

**Waldiney Fernandes Viana**

DIRETORA DA UNIDADE DE PROJETOS

**Patrícia Galúcio Coqueiro Galvão**

DIRETORA DA UNIDADE DE APOIO AO PLANEJAMENTO REGIONAL

**Amália Rodrigues de Almeida**

DIRETORA DA UNIDADE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

**Ângela Maria Leopoldo Feitosa**

EQUIPE DE APOIO

**Ferdinand Costa Castelo Branco**

**Ivone da Silva Barbosa Lopes**

**José Elói Lamin Lages**

**Josenira Machado Cavalcante**

**Lis Maria de Brito Meireles**

**Maria Isabel Macedo Silva Bacelar**

**Valden Guerra Ferreira**

EQUIPE DE INFORMÁTICA

**Antonio Gilson Leopoldo Feitosa**

**José Raimundo da Silva Mesquita Diniz**

**Valdecy Silva Costa**

EQUIPE FUNDAÇÃO CEPRO

**Gerson Portela Lima**

**Josué Manuel Monteiro Rosa Simões Moedas**